

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA – PPG/ECO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E
GESTÃO PÚBLICA – FACE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

PEDRO HENRIQUE AUSECHI

**INSTITUIÇÕES, CRENÇAS E JANELAS DE OPORTUNIDADE
NO BRASIL PÓS 2015**

Brasília, Brasil
2025

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA – PPG/ECO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E
GESTÃO PÚBLICA – FACE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

PEDRO HENRIQUE AUSECHI

**INSTITUIÇÕES, CRENÇAS E JANELAS DE OPORTUNIDADE
NO BRASIL PÓS 2015**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Economia, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Bernardo Pinheiro Machado Mueller

Brasília, Brasil
2025

PEDRO HENRIQUE AUSECHI

INSTITUIÇÕES, CRENÇAS E JANELAS DE OPORTUNIDADE NO BRASIL PÓS 2015

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Economia, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em 26 de março de 2025:

Prof. Bernardo Pinheiro Machado Mueller
Orientador

Prof. Carlos Pereira
Convidado 1

Prof. Frederico Bertholini Santos Rodrigues
Convidado 2

Brasília, Brasil
2025

RESUMO

O objetivo deste trabalho é aplicar a teoria institucionalista, especialmente a de Alston, à análise dos eventos ocorridos no Brasil após 2014. Trata-se, de fato, de uma tentativa de continuidade de um livro do autor que segue essa mesma abordagem, mas para um período anterior, cuja análise se encerra em 2014. A questão central a ser respondida é se as crenças identificadas pelos autores permaneceram as mesmas ou se sofreram alterações ou acréscimos ao longo do tempo. Para responder a essa questão, o trabalho inicia-se com uma introdução ao ferramental institucionalista e à abordagem de Alston, seguida de acréscimos teóricos que incorporam novos elementos observados no período pós-2014. Além disso, tabelas e gráficos são utilizados para apresentar os dados de forma objetiva. A principal conclusão é que a crença na inclusão social fiscalmente responsável não apenas permaneceu vigente, mas foi determinante, por exemplo, na queda de Dilma Rousseff. Além disso, conclui-se que Michel Temer também aderiu a essa crença e que Jair Bolsonaro, embora inicialmente relutante, foi coagido a segui-la. A relevância do tema é significativa tanto para a ciência política, por oferecer uma análise institucionalista dos eventos recentes, quanto para a ciência econômica, ao fornecer insights que podem orientar futuros formuladores de políticas públicas sobre as expectativas do país e da rede dominante.

Palavras-chave: *Nova Economia Institucional; Crenças; Ciência Política.*

ABSTRACT

The objective of this study is to apply institutionalist theory, particularly Alston's framework, to analyze events in Brazil after 2014. In essence, this work seeks to extend the analysis presented in a book by the author that follows the same approach but focuses on an earlier period, concluding its examination in 2014. The central question to be addressed is whether the beliefs identified by the authors have remained the same or have undergone modifications or additions over time. To answer this question, the study begins with an introduction to institutionalist theory and Alston's framework, followed by theoretical additions that incorporate new elements observed in the post-2014 period. Furthermore, tables and graphs are employed to present the data in an objective manner. The main conclusion is that the belief in fiscally responsible social inclusion not only persisted but also played a decisive role in the fall of Dilma Rousseff. Additionally, it is concluded that Michel Temer adhered to this belief and that Jair Bolsonaro, despite initial reluctance, was coerced into following it. The relevance of this topic is substantial both in political science, as it offers an institutionalist analysis of recent events, and in economics, as it provides insights that can guide future policymakers regarding the expectations of the country and the dominant elite.

Keywords: *New Institutional Economics; Beliefs; Political Science.*

SÚMARIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	9
3.	A JANELA DE OPORTUNIDADE PERDIDA.....	14
4.	A TEORIA APLICADA AO BRASIL DA DÉCADA PASSADA.....	20
4.1	SITUAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL.....	20
4.2	ACRÉSCIMOS TEÓRICOS.....	22
4.3	A ANÁLISE.....	27
5.	CONCLUSÃO.....	42
6.	REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

No período de uma década, de 2013 a 2023, muita coisa aconteceu no Brasil. De forma geral, o país presenciou diversas manifestações, um impeachment, a prisão de um ex-presidente—seguida por sua soltura e posterior eleição—contra um adversário altamente competitivo em uma disputa extremamente acirrada.

Seriam as instituições (e as crenças que delas derivam) a explicação para esses acontecimentos?

Além desta breve introdução (Capítulo 1), o estudo será composto por mais três capítulos, descritos a seguir. O principal objetivo deste trabalho é, primeiro, apresentar a teoria da Nova Economia Institucional (NEI) e as contribuições de Alston e seus coautores. Com essa base teórica estabelecida, o próximo passo será confrontar a trajetória recente do Brasil com essa teoria, avaliando se os acontecimentos do país estão alinhados ao arcabouço institucional proposto. Embora o estudo seja totalmente teórico e historiográfico, ele não deixará de incorporar elementos empíricos, como gráficos e tabelas, para embasar a análise.

De fato, a grande tônica da década de 2013 a 2023 foi a corrupção. Esse sentimento, que já existia anteriormente, foi amplificado de maneira significativa pela operação Lava Jato, despertando uma percepção de decadência política e oposição ao status quo. Isso abriu caminho para o surgimento de um outsider “salvador” e considerado politicamente “limpo”.

O Capítulo 2 apresentará uma introdução breve e concisa à NEI. Embora o estudo esteja fortemente centrado em Alston et al. (2016), esses autores fazem parte da tradição da NEI, o que justifica uma exposição geral dessa escola de pensamento. Em todo caso, essa seção servirá para complementar e esclarecer melhor o arcabouço teórico utilizado no estudo.

O Capítulo 3 será dedicado a uma exposição detalhada da teoria de Alston et al. (2016). Primeiro, serão introduzidas as principais terminologias usadas pelos autores. Em seguida, será apresentada uma análise histórica aplicando esse ferramental teórico ao Brasil entre 1964 e 2014. Essa etapa é crucial, pois o trabalho utilizará tanto os conceitos teóricos quanto a análise histórica feita pelos autores.

O Capítulo 4 será dividido em três partes. A primeira parte resumirá dois eventos centrais que levaram à mudança das crenças do brasileiro médio: as manifestações de 2013 e 2015, além da operação Lava Jato. Esse resumo não pretende ser exaustivo, mas

se concentrará nos principais acontecimentos. De maneira geral, as manifestações de 2013 expressavam um descontentamento difuso. Em 2015, esse descontentamento se tornou mais concreto, impulsionado por escândalos de corrupção e pelo agravamento da crise econômica.

A segunda parte será uma extensão dessa discussão, incorporando diversos artigos acadêmicos que complementam os fatos estilizados. Serão explorados temas como antipolítica, anticorrupção e os efeitos das bolhas de informação.

Por fim, a terceira parte aplicará o arcabouço teórico de Alston e seus coautores aos eventos históricos discutidos ao longo do estudo. O objetivo é avaliar se (e como) as crenças em inclusão social aliada a políticas fiscalmente responsáveis se modificaram. De fato, essa é a grande questão do trabalho: toda a teoria apresentada desde o capítulo 1 até a chegar à análise tem como base responder se, como e, eventualmente, a razão das crenças terem mudado. Essa análise se apoiará tanto em argumentos teóricos quanto em evidências empíricas, incluindo gráficos e tabelas.

2. A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Este trabalho tem como referência central Alston *et al.* (2016). No entanto, para introduzir o leitor ao tema e complementar a discussão, esta seção apresenta uma breve descrição da teoria da Nova Economia Institucional (NEI), que serve como um aporte adicional à abordagem de Alston *et al.* (2016).

A importância das instituições é inquestionável. Contudo, é essencial, antes de tudo, definir sua natureza e suas funções. De acordo com North (1991), as instituições representam restrições que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas podem ser informais, como tradições e códigos de conduta, ou formais, como leis e direitos de propriedade. Criadas para promover a ordem nas transações, as instituições também delimitam o conjunto de escolhas econômicas disponíveis.

Sobre os benefícios de instituições mais eficientes, Alston *et al.* (2018) destacam dois principais aspectos: maior confiança mútua, o que amplia a magnitude e a complexidade das transações; e maior resiliência, uma vez que a diversidade institucional e a confiança nelas depositada facilitam a absorção de choques.

Além desses benefícios iniciais, mudanças institucionais também reduzem os custos de transação, possibilitando um maior volume de transações para uma mesma quantidade de recursos. Isso ocorre porque os custos de transação percebidos [*perceived transaction costs*] diminuem, embora isso não implique necessariamente uma redução real desses custos. Ou seja, o preço efetivamente pago pode permanecer constante, enquanto a percepção de custo diminui devido a uma melhor aplicação do *rule of law* (Alston *et al.*, 2018).

Os autores também apontam que, em contextos de instituições menos desenvolvidas, muitas transações deixam de ocorrer, o que, por consequência, reduz os custos de transação. No entanto, essa redução não deve ser vista como algo positivo, pois uma sociedade mais avançada tende a apresentar maior volume de transações, ainda que isso envolva custos de transação mais elevados (Alston *et al.*, 2018).

North (1990) destaca que as instituições reduzem incertezas ao estruturar e orientar as interações humanas no cotidiano, como ao dirigir um carro ou estabelecer uma empresa. Essa familiaridade faz com que muitas ações sejam realizadas de forma inconsciente. No entanto, a incerteza tende a aumentar em contextos impessoais e não repetitivos.

As instituições influenciam diretamente o desempenho econômico, uma vez que impactam os custos de troca e de produção. Além disso, juntamente com a tecnologia empregada, elas compõem os custos totais de produção, dado que os capitalistas precisam proteger, definir e utilizar seus direitos de propriedade (North, 1990).

Outro aspecto relevante para as empresas e o crescimento econômico é a segurança jurídica. Em contextos de baixa segurança jurídica, há um aumento nos custos de transação, uma redução no investimento em capital fixo, o predomínio de empresas menores, além do fortalecimento de mercados paralelos e da corrupção, o que afeta preços relativos e a tecnologia empregada (North, 1990).

Um exemplo ilustrativo apresentado por Alston et al. (2018) é o fato de que, embora o governo exerça seu poder policial para manter a ordem, as pessoas ainda trancam seus carros e casas. Como as empresas respondem à estrutura institucional vigente, essa estrutura pode perpetuar o subdesenvolvimento de um país, onde empresas de grande porte e intensivas em capital só prosperam sob proteção estatal (North, 1990).

Também se fazem necessários comentários sobre os custos de transação. Alston et al. (2018) os definem como os recursos utilizados para estabelecer e manter os direitos de propriedade *de facto*. Entre seus exemplos, destacam-se os esforços para formular e aplicar regras que assegurem tais direitos, os custos de informação e busca, os custos de prevenção ou resolução de disputas, bem como os custos associados à seleção de agentes econômicos (*screening*) e ao risco moral (*moral hazard*).

É fundamental destacar que as instituições evoluem de forma incremental, na margem, de modo que nem mesmo revoluções conseguem alterá-las completamente. Mesmo em cenários de mudanças extremas nas regras formais, restrições informais, como tradições e códigos de conduta, tendem a permanecer vigentes. Além disso, para que essas mudanças incrementais ocorram de maneira eficaz, são necessárias instituições sólidas, capazes de viabilizar compromissos e negociações entre as partes. Caso contrário, em um ambiente onde não há mecanismos para a resolução de disputas, estas podem acabar sendo solucionadas por meio da violência (North, 1990).

No que se refere ao conhecimento, North argumenta que as instituições influenciam sua busca, uma vez que esta ocorre dentro das restrições institucionais vigentes. Assim, grupos distintos, como a máfia e os empresários, desenvolvem e buscam diferentes tipos de conhecimento. Além disso, os agentes econômicos respondem aos incentivos criados pelas instituições: se atividades prejudiciais, como a pirataria, oferecem retornos atrativos, elas serão escolhidas em detrimento de atividades que poderiam aumentar a produtividade. Dessa forma, instituições que favorecem práticas deletérias contribuem para o baixo crescimento econômico, ao passo que aquelas que incentivam o desenvolvimento do capital humano e físico promovem o crescimento do país (North, 1990).

No que tange às instituições, o autor ressalta que elas nem sempre são eficientes, pois as regras formais refletem os interesses dos agentes com poder político. Além disso,

certas instituições podem aumentar os custos de transação, como aquelas que impõem barreiras à entrada, exigem inspeções desnecessárias ou elevam os custos informacionais, sendo essas frequentemente resultado da influência política de determinados grupos (North, 1990).

Adicionalmente, a discrepância entre modelos teóricos e a realidade tende a ser maior quando terceiros possuem maior capacidade de interferir na utilidade do comprador — por exemplo, por meio do risco de roubo ou da qualidade do entorno. De maneira semelhante, as instituições determinam as garantias para os vendedores em relação ao cumprimento de contratos e à possibilidade de indenização em caso de inadimplência. A segurança oferecida tanto a compradores quanto a vendedores constitui um fator distintivo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Em última instância, a qualidade das instituições reflete as escolhas feitas pelos agentes políticos no poder (North, 1990).

North (1990) destaca que as organizações, embora distintas das instituições, também desempenham um papel fundamental na estruturação das interações humanas, influenciando os custos associados a essas interações. Exemplos de organizações incluem partidos políticos, empresas, igrejas e escolas, caracterizando-se como grupos de indivíduos unidos por um objetivo comum. Apesar de serem criadas intencionalmente, as organizações são moldadas e subordinadas às instituições vigentes.

Outro benefício das instituições inclusivas, segundo o autor, é a redução do custo de expressar opiniões e convicções, o que, por sua vez, contribui para a transformação institucional. No entanto, isso não diminui a relevância dos sacrifícios extremos que algumas pessoas fazem em nome de suas convicções, tampouco o impacto histórico que tais sacrifícios podem gerar. North enfatiza ainda que as ideias têm um papel determinante, pois influenciam a subjetividade dos agentes, alterando suas decisões. Quanto mais as instituições reduzem o custo da livre expressão, maior será a influência das ideias nas escolhas individuais e coletivas (North, 1990).

No que se refere à dependência de trajetória (*path dependence*) nas mudanças incrementais, North argumenta que essa não deve ser interpretada de forma determinística, isto é, o passado não explica o presente de maneira absoluta. Entretanto, a trajetória institucional pode ser incorporada ao arcabouço teórico para compreender o crescimento econômico. Assim, a história se mostra fundamental, pois as instituições atuais são fruto de transformações incrementais ocorridas ao longo do tempo. Uma vez estabelecido um determinado caminho, fatores como o processo de aprendizado das organizações e as externalidades de rede tendem a reforçá-lo, consolidando sua persistência ao longo do tempo (North, 1990).

É evidente que não existem apenas trajetórias de crescimento, uma vez que instituições que geram desincentivos às atividades produtivas tendem a favorecer grupos que se beneficiam desse arcabouço institucional, levando-os a defendê-lo politicamente. Além disso, tais instituições moldam os modelos subjetivos dos agentes, permitindo-lhes racionalizar essa realidade, o que resulta em um ciclo vicioso. Nesse contexto, as instituições determinam as oportunidades individuais dos agentes, que, por sua vez, atuam politicamente para promover mudanças marginais nas próprias instituições, gerando transformações no sistema institucional (North, 1990).

Para North, as instituições representam as regras do jogo, sejam elas formais ou informais, enquanto as organizações correspondem aos jogadores, que se unem por um objetivo comum e competem pela sobrevivência em um ambiente de escassez e rivalidade. As oportunidades, sejam de natureza econômica ou política, resultam tanto de mudanças endógenas e exógenas que alteram preços relativos para as organizações quanto da competição entre elas. Ambos os fatores forçam as organizações a investirem no aprimoramento de habilidades e na aquisição de conhecimento, uma vez que a chave para a sobrevivência é alcançar maior eficiência relativa em comparação com outras organizações. A matriz institucional, por sua vez, define as oportunidades disponíveis, podendo favorecer tanto a distribuição quanto a produtividade. O peso atribuído a cada incentivo é determinante para o desempenho econômico, ainda que todas as economias apresentem elementos de ambos os tipos de incentivo (North, 2008).

Um Estado ideal, caracterizado pela repartição equilibrada de poderes e pela aplicação eficaz das leis, cria incentivos para que indivíduos altamente capacitados possam usufruir plenamente dessas instituições, sem receio de expropriação e com segurança jurídica adequada. Nota-se, assim, que o Estado pode atuar como um importante aliado do mercado, pois, ao garantir a proteção dos direitos de propriedade, permite que empresários explorem plenamente suas iniciativas privadas, estabelecendo negócios e usufruindo integralmente de suas ideias (Acemoglu; Robinson, 2012).

Nesse mesmo contexto, os autores definem as instituições econômicas inclusivas como

those that allow and encourage participation by the great mass of people in economic activities that make best use of their talents and skills and that enable individuals to make the choices they wish. To be inclusive, economic institutions must feature secure private property, an unbiased system of law, and a provision of public services that provides a level playing field in which people can exchange and contract; it also must permit the entry of new businesses and allow people to choose their careers. (Acemoglu; Robinson, 2012, pág. 74-75)

Além disso, o crescimento em sociedades extrativistas—contraponto às sociedades inclusivas—tende a ser efêmero por dois motivos principais. Primeiro, a estrutura extrativista gera incentivos para disputas internas pelo controle do aparato institucional, frequentemente resultando em instabilidade social e, em casos extremos, na fragmentação do Estado em anarquia. Segundo, tais sociedades dificultam a destruição criativa, mecanismo fundamental para a renovação econômica e o progresso tecnológico. Também destacam que a resistência à inovação foi um fator determinante para a ausência de crescimento sustentado entre o período neolítico e a Revolução Industrial, uma vez que, historicamente, os Estados eram predominantemente extrativistas (Acemoglu; Robinson, 2012).

3. A JANELA DE OPORTUNIDADE PERDIDA

Tendo introduzido os fundamentos da Nova Economia Institucional (NEI), este capítulo apresenta a base teórica necessária para a análise do caso brasileiro no capítulo seguinte. O objetivo é estender a abordagem de Alston et al. (2016), que examina a evolução institucional do Brasil até 2014, e complementá-la com uma investigação do período subsequente.

De maneira geral, a teoria discutida aqui trata das mudanças institucionais, suas características e interações, e como essas mudanças influenciam trajetórias de crescimento. Alston *et al.* (2018) retomam a visão de North e introduzem o conceito de "autopiloto" institucional, caracterizado por um padrão de crescimento estável e pela ausência de pressões para mudanças de crenças, uma vez que as crenças dominantes permanecem alinhadas com os resultados econômicos e políticos. Além disso, reforçam a ideia de que as instituições evoluem marginalmente, sem mudanças abruptas que alterem a trajetória de desenvolvimento. Nesse cenário, os grupos no poder tendem a preservá-lo, ainda que ocorram pequenas alterações em sua composição.

Antes de prosseguir, é fundamental definir alguns termos essenciais utilizados na análise. Crenças, segundo Alston *et al.* (2018, p. 8), “são uma derivada da cultura e referem-se à compreensão dos agentes sobre como as instituições afetam os resultados”. Essas crenças constituem a visão subjetiva de como o mundo funciona. Já as crenças nucleares (*core beliefs*), definidas como “crenças sobre o efeito esperado das instituições nos resultados” (Alston *et al.*, 2018, p. 13), são centrais para as decisões e ações dos agentes.

A rede dominante, por sua vez, é descrita como “o poder por trás das instituições em uma sociedade” (Alston *et al.*, 2018, p. 288). Ela pode ser composta por indivíduos ou organizações que estabelecem as instituições com base em uma crença compartilhada e possuem o poder político e econômico necessário para modificar essas instituições.

Janelas de oportunidade são momentos que permitem a mudança de crenças, instituições e/ou trajetórias de crescimento econômico. Elas podem surgir em diversas circunstâncias, como quando o fluxo de rendas (*rental stream*) diminui ou excede as expectativas da rede dominante; quando um novo membro ou organização entra na configuração de poder, geralmente como resultado de um choque político ou econômico; ou quando as crenças de um membro da rede dominante mudam, seja por um evento exógeno ou por mudanças nos resultados econômicos/políticos (Alston *et al.*, 2016).

Por fim, um momento constitucional ocorre quando “uma nova crença, com o potencial de mudar a trajetória de um país, é formalmente incorporada a novas instituições”

(Alston et al., 2018, p. 296). Vale ressaltar que esse momento nem sempre resulta em uma nova constituição formal. A diferença entre um momento constitucional e a própria constituição é importante. Os autores dizem

By the country's "constitution," we mean the beliefs surrounding how society should order and maintain the fundamental institutions of governance. The constitutional document contains the written rules of the game, in the shadow of which most incremental institutional change occurs (Alston et al., 2018, p. 297).

As transições críticas ocorrem quando há uma grande discrepância entre as crenças e os resultados, tornando as instituições mais maleáveis. Esses momentos são frequentemente desencadeados por crises econômicas ou resultados eleitorais inesperados, que geram questionamentos nas crenças da rede dominante e criam um descompasso entre as crenças da elite e os resultados observados pela população. Em alguns casos, um líder pode criar uma janela de oportunidade, desafiando as condições existentes. No entanto, mudanças de crença geralmente requerem a colaboração da rede dominante; sem seu apoio, é necessário um líder para promover a mudança. Importante destacar que as janelas de oportunidade só podem ser compreendidas *ex-post*, embora alguns membros da rede dominante ou líderes possam identificá-las durante o processo. Nesse contexto, organizações podem buscar aproveitar a janela de oportunidade para seu benefício, enquanto outras tentarão manter o status quo (Alston et al., 2018).

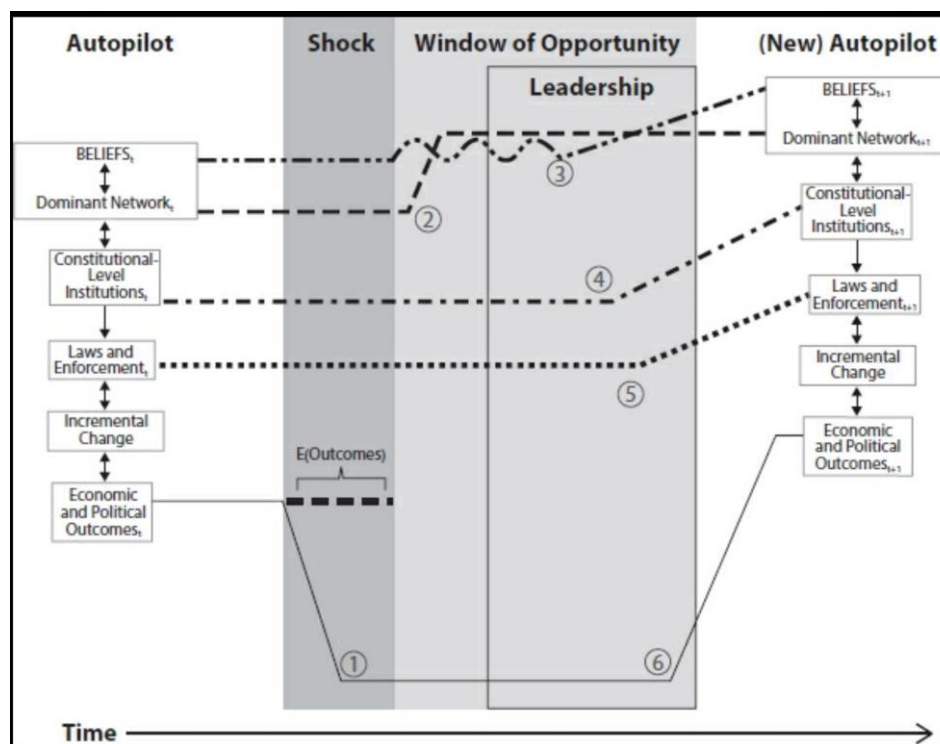
As características de um líder eficaz incluem a cognição do problema, o saber o que fazer, a imaginação e a autoridade moral, especialmente a capacidade de identificar quais instituições estão se mostrando insuficientes. Um líder com imaginação tende a ser proativo, criando janelas de oportunidade mesmo quando não há crises evidentes, visto que ele pode enxergar possibilidades que outros não percebem. Nesse sentido, as janelas de oportunidade podem ser reativas (quando os resultados se distanciam das expectativas) ou proativas (quando o líder toma a iniciativa de desencadeá-las). Essas mudanças, por sua vez, são formalizadas em instituições durante um momento constitucional e são reforçadas ao longo da nova trajetória de crescimento do país (Alston et al., 2018).

A dinâmica de mudanças institucionais ocorre quando uma sociedade está, em dado momento, no "autopiloto". Esta é a situação padrão em muitas sociedades, onde as crenças nucleares permanecem estáveis, tanto na rede dominante quanto entre as organizações e a população. Nesse contexto, as mudanças são geralmente marginais, pois estão alinhadas com as expectativas da rede dominante e coincidem com a "fábrica social" da sociedade, ou seja, as relações interpessoais. Quando os resultados estão de acordo com as expectativas, não há incentivos significativos para que uma organização force grandes mudanças. No entanto, com o tempo, pequenas mudanças podem se acumular ou choques

internos e externos podem ocorrer, desestabilizando o sistema. Se o choque for grande o suficiente, ele pode criar uma pressão para mudança, resultando em uma janela de oportunidade. Essa mudança pode ser impulsionada por uma liderança que aproveita o momento para transformar as instituições e direcionar o país para uma nova trajetória (Alston *et al.*, 2016).

Sumarizando a teoria, temos a seguinte figura:

Figura 1: Auto piloto e transição crítica.



Fonte : Alston *et al.*, (2016, p. 191)

No momento t , a sociedade encontra-se no "autopiloto", com crenças nucleares estáveis tanto na rede dominante quanto entre as organizações e a população em geral. As mudanças ocorridas nesse estágio são marginais, ou seja, não alteram as crenças fundamentais. No entanto, à medida que pequenas mudanças se acumulam ao longo do tempo ou quando um choque exógeno ocorre (seja interno ou externo ao país), o sistema passa a "balançar". As linhas horizontais representam a continuidade dos fatores ao longo do tempo, enquanto as variações nas linhas indicam mudanças, sem que essas mudanças necessariamente favoreçam ou prejudiquem algum grupo. Inicialmente, alguns fatores permanecem mais estáveis que outros (Alston *et al.*, 2016).

O que muda no choque são os resultados (*outcomes*). Se o choque for fraco, o sistema tende a voltar ao estado anterior (t), com mudanças pequenas. Se o choque for forte, ele pode desencadear uma janela de oportunidade. No ponto 2, as crenças predominantes começam a ser questionadas, mas ainda não são completamente

substituídas. No ponto 3, um líder — seja interno ou externo à rede dominante — entra em cena e catalisa as novas crenças, agindo como um "capitão das mudanças", guiando os agentes na transição. Este líder pode ser uma figura individual ou um grupo, e, em alguns casos, a mudança acontece sem uma liderança explícita (Alston *et al.*, 2016).

Nos pontos 4 e 5, as instituições já se ajustaram, e as leis e restrições também mudaram, o que altera as escolhas dos agentes a partir desse momento, gerando novos resultados e estabelecendo um novo "autopiloto" (Alston *et al.*, 2016).

Vale ressaltar que, como em todas as mudanças institucionais, as transformações só acontecem na medida em que a rede dominante acredita nelas. Em outras palavras, as crenças daqueles que estão fora da rede dominante não afetarão diretamente os resultados. Elas começarão a influenciar o sistema apenas quando esses grupos se tornarem parte da rede dominante ou quando a rede dominante incorporar suas ideias (Alston *et al.*, 2016).

Ao aplicar essa dinâmica histórica, a análise do Brasil antes do período militar revela que a crença predominante era o desenvolvimento nacionalista, impulsionado pela industrialização via Estado sem depender de dívida externa. A rede dominante acreditava no desenvolvimentismo, especialmente por meio do processo de substituição de importações. No fim da década de 1950 e início da década de 1960, a rede dominante entrou em colapso e foi substituída por uma nova configuração composta pelos militares, tecnocratas civis, e setores bancários e industriais. Parte dos militares ainda acreditava no desenvolvimentismo, mas com a premissa de que, antes de mais nada, seria necessário cuidar da parte fiscal. Nesse contexto, a rede dominante acreditava que o crescimento econômico, impulsionado pelo Estado, deveria preceder a inclusão social (Alston *et al.*, 2016).

No contexto pós-1964, a crença predominante na rede dominante era que a industrialização via o Estado deveria ser a principal estratégia para o desenvolvimento nacional. No entanto, após a década de 1960, não era mais necessário importar grandes quantidades de bens de consumo. Em vez disso, o país começou a importar bens intermediários e equipamentos de capital para produzir os bens de consumo. Esse modelo, no entanto, gerou inflação, dívida externa e déficits comerciais. Apesar disso, o Brasil experimentou crescimento econômico entre 1968 e 1973. Porém, em 1974, o perfil excludente do regime se mostrou insuficiente para manter a coesão da rede dominante. Esse fracasso levou à percepção de que a redemocratização se tornaria inevitável (Alston *et al.*, 2016).

Esse processo de transição foi facilitado pela aliança entre o Partido da Frente Liberal e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que elegeram indiretamente Tancredo Neves. Com o falecimento de Neves, José Sarney assumiu a presidência. Sarney entrou no cargo sob pressão por maior inclusão social e política, uma resposta à repressão do período ditatorial, especialmente de grupos que não haviam sido beneficiados pelo crescimento desigual dos anos anteriores. Esse crescimento gerou, ao invés de diminuir, um aumento da desigualdade no país. A Constituição de 1988 foi o marco legal que formalizou essas mudanças e consolidou a busca por uma maior inclusão social (Alston *et al.*, 2016).

Uma das consequências dessa nova abordagem foi o aumento dramático dos gastos sociais, o que gerou um efeito inflacionário considerável, culminando em um período de hiperinflação. Para controlar essa crise, diversos planos econômicos foram propostos, mas todos falharam. Isso gerou uma nova crença no país: a aversão à inflação e a favor da estabilidade fiscal. Essa crença se fundiu com a anterior, criando uma visão de que a inclusão social deveria ser financeiramente sólida (Alston *et al.*, 2016).

Sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil passou por uma transição crítica. A inflação foi significativamente reduzida, e o crescimento econômico se tornou mais encorajador. Curiosamente, o setor industrial, que geralmente teria resistido a políticas liberais, se tornou aliado de Cardoso, apoiando suas reformas econômicas (Alston *et al.*, 2016).

A análise dos governos subsequentes, incluindo os de Luiz Inácio Lula da Silva, revela que, apesar de algumas expectativas, Lula continuou a seguir as crenças predominantes. No entanto, eventos exógenos, como o descobrimento do pré-sal e a crise financeira de 2008, marcaram o início de um distanciamento dessas crenças tradicionais nos governos petistas (Alston *et al.*, 2016).

Por fim, como sumarização, há a tabela abaixo, que resume os pontos apresentados.

Tabela 1: Desenvolvimento brasileiro, 1964-2014

Período	1964-1984	1985-1993	1994-2014
<i>Rede dominante</i>	Burocrático-autoritário: tecnoburocracia militar e civil de alto nível, setores industriais e bancários nacionais, em associação próxima com capital estrangeiro.	Desenvolvimentismo populista: setores industriais e bancários nacionais, linha-suave (lado autoritário) e moderados (lado democrático).	Economia aberta e estável: setores bancários nacionais e estrangeiros, industriais nacionais. Sindicatos. Agronegócio.
<i>Crenças</i>	Desenvolvimentismo.	Inclusão social	<i>Fiscally sound social inclusion</i>
<i>Instituições</i>	Economia: planejamento social tecnocrático, substituição de importação. Político: restrição das liberdades civis	Econômico: subsídios para elites empresariais e substituição de importações. Político: constituição “árvore de Natal”, sufrágio para analfabetos. Instituições de responsabilização fortalecidas. Executivo forte.	Econômico: ortodoxia fiscal e monetária. Político: restrições aos governos estaduais com poder mudando para o governo federal. Instituições de responsabilização fortalecidas. Executivo forte.
<i>Resultados políticos e econômicos</i>	Economia: inicialmente alto crescimento, “Milagre Brasileiro”, seguido por crescimento mais lento. Político: controle autoritário com exclusão, censura e opressão.	Econômico: hiperinflação e incerteza. Político: democracia sem freios e contrapesos, por exemplo, reforma agrária populista, judiciário do lado do trabalho.	Econômico: estabilidade de preços com crescimento medíocre. Político: aumento da inclusão social se fiscalmente sólido. Freios e contrapesos e estado de direito.

Fonte : Alston *et al.*, (2016, p. 33)

4. A TEORIA APLICADA AO BRASIL DA DÉCADA PASSADA

Antes de iniciarmos, será apresentado novos elementos à análise do livro. Isso se faz necessário pois novos elementos surgiram após a data quando o livro foi encerrado, tais quais: a antipolítica e a anticorrupção, além de protestos realmente gigantes. Tais elementos foram muito importantes e devem ser incorporados.

4.1. Situação histórica no Brasil

Nos últimos 10 anos, o Brasil vivenciou duas ondas expressivas de protestos. A primeira, em 2013, foi inicialmente desencadeada pelo aumento de 20 centavos nas tarifas de transporte público em São Paulo, mas logo se expandiu para uma série de pautas diversas. Em 2015 e 2016, o cenário mudou: a eleição de Dilma Rousseff, combinada com a Operação Lava Jato, deu origem a protestos massivos pedindo seu impeachment, com um forte espírito antipetista.

É importante destacar que o sentimento antipolítica, que mais tarde seria absorvido pela extrema-direita, já estava presente em 2013. O deputado Chico Alencar analisa que, naquele momento, a visão de "antipolítica" começou a ganhar força, levando a uma criminalização da política, especialmente no contexto da Revolta de Junho de 2013 (Borges *et al.*, 2023).

Embora protestos menores já tivessem ocorrido em 2012 e até em 2013, pode-se afirmar que o "germen" dos protestos de junho de 2013 surgiu com o aumento de 20 centavos nas tarifas de transporte público, decidido pelo governo estadual de São Paulo e pela prefeitura da cidade. No dia seguinte ao aumento, o Movimento Passe Livre (MPL) organizou um protesto que teve cobertura midiática limitada. No entanto, logo em seguida, o MPL convocou um novo protesto via internet, com um grande número de manifestantes se concentrando no centro de São Paulo. Em 11 de junho, os protestos se tornaram violentos, gerando uma resposta negativa da imprensa. Porém, a repressão excessiva da polícia nos dias seguintes aumentou a indignação popular, intensificando os protestos (Struck, 2023).

A partir daí, os manifestantes passaram a protestar contra o gasto público com a Copa do Mundo, em um movimento de contestação ao governo. Em 17 de junho, manifestações massivas tomaram as ruas, com 250 mil pessoas se reunindo em 12 capitais, incluindo a invasão do telhado do Congresso Nacional. Em São Paulo, o MPL voltou a protestar, mas agora com a adesão de outros grupos, que passaram a exigir melhorias e reformas em diversas áreas. A imprensa, que inicialmente havia criticado os manifestantes, passou a adotar um tom mais neutro ou até favorável às manifestações.

No dia 18, Dilma Rousseff fez um discurso abordando os protestos, saudando a mobilização popular como positiva. No dia seguinte, tanto o prefeito quanto o governador anunciaram a revogação do aumento das tarifas de transporte. Em 20 de junho, ocorreu a maior concentração de manifestantes até aquele momento, com mais de um milhão de pessoas nas ruas de 388 cidades, incluindo 22 capitais, demandando uma grande variedade de melhorias. Durante esse momento, bandeiras partidárias foram queimadas, e as únicas bandeiras que restaram nas ruas foram as do Brasil. Manifestantes de partidos políticos foram hostilizados, destacando um movimento que se distanciava das estruturas partidárias tradicionais (Struck, 2023).

No dia seguinte, Dilma Rousseff se comprometeu com um pacto com governadores e prefeitos para melhorar os serviços públicos. Em 22 de junho, novos protestos em São Paulo surgiram, desta vez contra a PEC 37, que buscava restringir a abertura de inquéritos pelo Ministério Público, delegando essa tarefa exclusivamente à polícia. Dois dias depois, Dilma propôs uma série de pactos nacionais com os governadores e prefeitos, com foco em áreas como saúde e combate à corrupção. No dia 25, a Câmara dos Deputados derrubou a PEC 37 por ampla maioria (Struck, 2023).

Apesar das concessões feitas pelo governo, a popularidade de Dilma Rousseff caiu dramaticamente em um curto período, com uma queda de 27 pontos percentuais, de 57% para 30%, entre o início e o final de junho. Nos dias seguintes, os protestos começaram a diminuir. Em agosto, a presidente sancionou medidas voltadas ao combate à corrupção, tentando responder às demandas populares (Struck, 2023).

Os protestos podem ser divididos em dois momentos distintos. O momento inicial foi composto principalmente por manifestantes jovens, não-brancos, estudantes e de baixa renda. Em contraste, o segundo momento viu uma mudança demográfica, com os protestos sendo liderados por um público mais envelhecido, embranquecido e abastado. Houve também uma diferença notável em como e quando os portais de notícia cobriram os eventos: inicialmente, os protestos eram mal mencionados, começando a ganhar atenção da mídia apenas depois de vários já terem ocorrido e o formato e organização das manifestações começarem a mudar. No dia 21 de junho, após a invasão do Palácio do Planalto e a crescente dificuldade em controlar a situação, a mídia ajustou sua estratégia. A cobertura passou a focar em Dilma Rousseff, sugerindo reformas e negociações, e a retratá-la como despreparada (Diniz e Souza, 2021?).

Já quanto aos protestos de 2015 e 2016, sua cronologia pode ser encontrada na seguinte tabela:

Tabela 2: Cronologia dos protestos de 2015 e 2016

Data	Evento
17/03/2014	Inicia-se a operação Lava Jato
14/05/2014	Instalação da CPI da Petrobrás no Senado
21/10/2014	Em delação, Lula e Dilma são envolvidos no escândalo da Petrobrás
26/10/2014	Dilma é reeleita
01/11/2014	Em 4 capitais protestos pedem impeachment de Dilma
18/12/2014	PSDB entra com pedido de anulação da eleição
15/03/2015	Primeira grande manifestação pelo impeachment. Número de manifestantes em 2 milhões, maior desde as “Diretas já”
12/04/2015	Segunda grande manifestação pelo impeachment. Atos ocorrem em 24 estados, reunindo cerca de 660 mil pessoas em 152 cidades
15/04/2015	Prisão de ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, acusado de receber propina no esquema da Petrobrás para o PT
17/07/2015	Presidente da Câmara rompe com o governo e passa a ser oposição. Fato ocorre após o mesmo ser citado nas investigações da Lava Jato
03/08/2015	Prisão do ex-ministro José Dirceu, acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha
06/08/2015	Programa eleitoral petista recebe panelaço em diversas capitais
16/08/2015	Terceira grande manifestação pelo impeachment ocorre em todos os estados, pedindo fim da corrupção e o impeachment de Dilma. Sérgio Moro é exaltado pelos manifestantes
07/10/2015	Tribunal de Contas da União recomenda reprovação das contas do governo por “pedaladas fiscais”
21/10/2015	Parlamentares entregam pedido de impeachment contra Dilma
25/11/2015	Prisão de líder do governo no Senado, Delcídio Amaral, por obstrução de investigações da Lava Jato
07/12/2015	Michel Temer envia carta à Dilma criticando a relação dela com ele e seu partido (PMDB), agravando a crise política
13/12/2015	Quarta grande manifestação pelo impeachment ocorre em todos os estados, em que pese ter tido a menor adesão até o momento
03/02/2016	Panelaço em pronunciamento de Dilma em sete capitais
22/02/2016	Lava Jato mira em João Santana, marketeiro de Dilma e Lula. A suspeita é que propina vindas do esquema da Petrobrás pagaram seus serviços.
13/03/2016	Quinto e maior protesto, tendo como pauta o impeachment de Dilma e prisão de Lula

Fonte: Feita pelo autor através de Batista (2016) e Tatagiba (2018)

4.2. Acréscimos teóricos

Borba, Fuks e Ribeiro (2021) mostram pesquisas que indicam que, em 2014, o PT era o foco dos sentimentos, pois 40% dos eleitores eram petistas ou antipetistas, e três quartos dos antipartidários eram antipetistas. No entanto, os autores notam que grande

parte dos antipetistas também se identificava como antipartidária, sendo essa última força relevante para entender a eleição de 2018.

A título de informação, uma pesquisa apresentada no artigo revela que a rejeição ao PT subiu de 9,5% em 2002 para 18,1% em 2018, enquanto a rejeição aos principais partidos, como PT, PSDB e MDB, passou de 3,4% para 16,7% no mesmo período. Além disso, 58% dos brasileiros afirmaram ter desafeto por ao menos um partido, enquanto 47,5% expressaram intolerância, definida como a vontade de impedir que determinado partido exercesse atividades políticas. Dessa forma, conclui-se que o antipetismo estava alinhado com o antipartidarismo, ou seja, outros partidos também estavam sendo afetados por esse processo durante o período (Borba, Fuks e Ribeiro, 2021).

Em relação ao voto em 2018, os autores encontraram uma relação extremamente positiva entre antipetismo e o voto em Bolsonaro, quando comparado a eleitores que não eram antipartidários. Além disso, os antipartidários votaram mais fortemente em Bolsonaro, especialmente os classificados como 'intolerantes' (Borba, Fuks e Ribeiro, 2021).

Segundo Albuquerque, Bezerra e Lopes (2020), a resposta limitada de Temer, agravada pelo fato de ele próprio ser investigado pela operação Lava Jato, aprofundou o desgaste do sistema político tradicional. No centro da revolta estava a questão da corrupção, que, impulsionada pela própria Lava Jato, gerou uma aversão à política e um desejo por um outsider com discurso antipolítico.

Desde 2014, Bolsonaro vinha se posicionando para a eleição de 2018. Apesar de ser afiliado a um partido pequeno, com pouco tempo de televisão e recursos partidários limitados, consolidou sua imagem como um outsider. Durante a campanha, vocalizou as insatisfações de vários setores, especialmente aqueles alinhados ao movimento antissistema e anticorrupção. O antipetismo uniu esses grupos (Albuquerque, Bezerra e Lopes, 2020).

De fato, as análises dos autores revelam que o tema "Petismo" dominou o discurso de Bolsonaro, seguido por "Corrupção/Corrupto". A corrupção foi mencionada em 10 dos 11 programas eleitorais, enquanto o PT foi citado em todos, sempre associado à corrupção e a práticas não republicanas. Outra tônica da campanha foi a auto apresentação de Bolsonaro como candidato antissistema, livre e honesto, posicionando-se como a solução para os problemas do Brasil, enquanto, indiretamente, criminalizava a política (Albuquerque, Bezerra e Lopes, 2020).

Por fim, Bolsonaro também procurou se associar à operação Lava Jato. Enquanto Deltan Dallagnol, no mesmo ano, falava sobre a "batalha final da Lava Jato" e destacava a

necessidade de "catalisar esforços para que reformas anticorrupção sejam feitas", ele o fazia sem mencionar qualquer candidato específico (Albuquerque, Bezerra e Lopes, 2020).

Outra evidência do sentimento antipolítico é apresentada por Cleto (2016), que aponta que, no Rio de Janeiro, o total de votos nulos e brancos superou a soma dos votos dos dois primeiros colocados. Esse fenômeno também ocorreu em São Paulo, Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba e Porto Alegre. Além disso, Cleto relata que menos de um terço da população preferia a democracia em relação a outras formas de governo, e, em outra pesquisa, 49% dos entrevistados se disseram "nada satisfeitos" com a democracia.

Segundo Miguel (2021), os mecanismos estabelecidos pelas elites políticas para conter a demagogia e os discursos autoritários são frágeis. Além disso, a população passou a desejar uma identificação plena com o discurso do poder, não se satisfazendo mais com sua posição passiva. Em relação à crise da democracia, o autor destaca que discursos intolerantes e que fomentam o pânico moral têm ganhado força, enquanto as regras de controle, como a divisão dos poderes, são vistas como obstáculos à implementação da "regeneração moral" que deve ser promovida pelo governante, caracterizando, assim, a antipolítica.

Francisquini observa que a "política da antipolítica" ganhou destaque em 2016 com a eleição de João Doria e retornou em 2018 com Bolsonaro, que defendia a moralização da sociedade, rejeitando o que chamava de marxismo cultural e temas associados a ele, como a igualdade de gênero. Além disso, o candidato manifestava uma certa postura elitista, somada a uma tecnocracia representada pelas figuras de Paulo Guedes na Economia e Sergio Moro na Justiça (Francisquini, 2019).

Francisquini reflete que os jornais, ao exporem de forma restrita os escândalos de corrupção e danificarem a imagem da política, tratando-a como inerentemente corrupta, contribuíram para que os eleitores buscassem algo externo a ela. Essa rejeição culminou na maior taxa de renovação do poder legislativo desde a redemocratização (Francisquini, 2019).

Em uma pesquisa realizada durante os protestos contra Dilma em Belo Horizonte, observou-se um antipetismo extremamente forte. Os dados obtidos nesse *survey* revelam os seguintes resultados: 90,6% concordam plenamente que "O PT fez um grande mal para o Brasil", 82% atribuíram nota 0 ao partido, 81% consideram Lula um dos principais malfeitores do Brasil, e 66,8% identificam a corrupção e a falta de ética como os principais problemas do país. Curiosamente, Bolsonaro já era mencionado na pesquisa, com 24% dos entrevistados considerando-o um [futuro] bom presidente. Além do antipetismo, havia

também um sentimento de antipartidarismo, evidenciado pelo fato de que 42% não demonstravam simpatia por nenhuma legenda, com alguns respondentes (51%) afirmando que alguns ou todos os partidos deveriam ser eliminados, e novos partidos criados (29%) (Telles, 2016).

No âmbito do PSDB, o tema do antipetismo foi incorporado à campanha de 2014, juntamente com o tema da corrupção, com o primeiro desempenhando um papel central na estratégia eleitoral do partido. Para se diferenciar do PT, o PSDB utilizou uma linguagem nacionalista, assegurando a intenção de “devolver o Brasil aos brasileiros”. Aécio se posicionou como o símbolo da oposição à corrupção petista, utilizando tanto o antipetismo quanto o combate à corrupção como marcas de sua campanha (Telles, 2016).

Telles propõe uma correlação entre a piora da situação econômica e o aumento da aversão à corrupção. A queda no produto interno bruto amplifica a insatisfação popular e a intolerância à corrupção, uma vez que a população tende a considerar sua situação precária como responsabilidade do governo. Além disso, os cortes no investimento público, que costumam ocorrer em períodos de crise, são frequentemente atribuídos à corrupção. Esses fatores pesaram negativamente contra o governante e seu partido, o que, por sua vez, intensificou a desconfiança em relação aos partidos, à classe política e até mesmo ao Congresso (Telles, 2016).

Como resultado de promessas e expectativas grandiosas que não foram cumpridas, cresce o descontentamento com a política em si, criando um gap entre o que foi realizado e o que se esperava, o que fomenta o antipartidarismo. Soma-se a isso a percepção de que a corrupção é inerente às elites políticas, que, por essa razão, são vistas como ineficazes e ilegítimas, criando, assim, um terreno fértil para o surgimento de outsiders e neopopulistas, conforme nota o autor. Por fim, dados do Barômetro das Américas já indicavam que a experiência com a corrupção e uma avaliação negativa da economia poderiam gerar uma preferência pelo autoritarismo em vez da democracia liberal (Telles, 2016).

Análises estatísticas mostram uma relação positiva entre as pesquisas no Google Trends sobre protestos em 2013 e 2015 e os votos em 2018 para Bolsonaro, Alckmin e Marina Silva. Da mesma forma, observa-se uma relação negativa entre as pesquisas por protestos e os votos em Haddad, de modo que, no segundo turno de 2018, a perda de votos foi ainda maior. Os autores sugerem que, caso os protestos não tivessem ocorrido, talvez Bolsonaro não tivesse vencido, já que os estados que mais buscaram informações sobre protestos foram também os que mais votaram nele. Além disso, esses mesmos protestos

acabaram por retirar votos de Haddad, o que corrobora essa hipótese (Moraes e Santos, 2019).

Tatagiba (2018) argumenta que 2014 foi o primeiro ano, desde a redemocratização, em que o derrotado nas eleições não aceitou o resultado, o que ajudou a catalisar as forças contrárias ao governo petista, direcionando as insatisfações difusas para os protestos. A autora acrescenta que o antipetismo deve ser compreendido não apenas como uma rejeição ao partido, mas como um ódio, um sentimento com grande poder mobilizador. Ela observa que, em 2015, quando as ações da justiça começaram a alinhar-se com os interesses antipetistas, tornou-se possível associar o PT à corrupção e apresentá-la como o principal problema nacional. De fato, uma pesquisa no final de 2015 apontava a corrupção como o maior problema para os brasileiros, superando até mesmo questões como saúde, desemprego e educação.

Vale ressaltar que os protestos estavam interligados à operação Lava Jato, pois, nos primeiros, havia uma defesa explícita da Polícia Federal, do Ministério Público e do juiz Sérgio Moro, que foi alçado ao status de herói nacional. Foi, de fato, a própria operação que proporcionou a oportunidade de vincular o PT e Lula à corrupção, além de dar fôlego para os protestos subsequentes (Tatagiba, 2018).

Primeiramente, e de forma mais significativa, as redes sociais são caracterizadas pelo “filtro-bolha”, que consiste na análise do perfil do usuário, seguida de recomendações personalizadas de conteúdos que correspondem às suas preferências, além do descarte de ideias e produtos que não se alinham com seu perfil e que poderiam gerar desconforto. Esse filtro não se aplica apenas a produtos, mas também seleciona e conecta pessoas com ideias semelhantes, oferecendo ao usuário a possibilidade de “silenciar” aqueles que não lhe agradam. Tal dinâmica resulta na formação das chamadas bolhas, uma vez que indivíduos com ideais divergentes são progressivamente distantes, criando a ilusão de que a maioria compartilha de suas convicções e está ao seu lado (Antunes, 2016).

Como agravante, a partir de meados da década de 2010, com a popularização dos celulares e o aumento exponencial do número de usuários da internet, as redes sociais passaram a induzir um novo tipo de sociabilidade, baseada em algoritmos. Com as opções de curtir e compartilhar, as redes sociais passaram a analisar e formar um filtro-bolha sobre o usuário, além de incentivar comportamentos que, caso realizados no mundo físico, seriam malvistas. Por fim, ao perceberem que a identidade e a coesão de seu grupo estão sendo ameaçadas, os membros desse grupo acabam por direcionar sua hostilidade e ódio para outro, considerado como inimigo (Corrêa, 2023).

4.3. A análise

Tendo apresentado o panorama histórico, enriquecido com complementos teóricos, e utilizando a teoria institucionalista, é possível agora aplicar esses elementos ao caso concreto em questão. Para melhor compreensão, e embora não seja o período de análise deste trabalho, iniciaremos com o primeiro governo de Lula.

Lula, apesar de seu passado confrontador com as chamadas “crenças”, acabou por ceder a elas e segui-las quando foi eleito. De fato, ele escreveu a “Carta aos Brasileiros”, comprometendo-se a manter superávits fiscais, o que efetivamente ocorreu, além de honrar contratos. Outros eventos podem ser citados, como a manutenção das altas taxas de juros, mesmo sob pressão midiática e de aliados, a reforma da previdência e o aumento voluntário da meta de superávit. As crenças exerceram, assim, um papel restritivo, e Lula as seguiu. No que diz respeito à distribuição, podemos destacar programas como o Fome Zero, o Bolsa Família, o aumento dos gastos sociais, o incremento do salário-mínimo e a redução da pobreza e da desigualdade (Alston *et al.*, 2016).

Esse quadro mudou com dois eventos: a crise de 2008 e a descoberta do pré-sal. Mesmo antes desses acontecimentos, o país foi beneficiado pelo boom das commodities, o que possibilitou altas taxas de exportação e, conseqüentemente, crescimento do PIB e da geração de empregos. Contudo, com a crise e o risco de queda da demanda, o foco voltou-se para o desenvolvimentismo e o estímulo fiscal. Isso se materializou principalmente por meio do BNDES (além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica), com suas políticas de expansão de crédito, inicialmente apresentadas como temporárias. Houve também aumento dos gastos e renúncia a certos impostos. O aumento da concessão de crédito foi extremamente elevado. A crença vigente de inclusão social fiscalmente sustentável foi ameaçada pela dificuldade de manter os superávits. Esse foi o governo de Lula (Alston *et al.*, 2016).

Dilma foi eleita com o auxílio das políticas mencionadas anteriormente, que resultaram em crescimento de curto prazo e redução do desemprego. A “política temporária” tornou-se permanente em alguns aspectos, como a expansão do crédito, subsídios e obras públicas, que, por meio do BNDES, fomentaram a criação da política de campeões nacionais. Essa política, embora tenha levado à redução do desemprego, resultou em desequilíbrios fiscais, pressão inflacionária e, conseqüentemente, descontentamento e estagnação. O governo passou a adotar “contabilidades criativas” para mascarar a situação. A situação se agravou ainda mais devido à desconfiança, o que fez com que o investimento estrangeiro caísse. Nesse cenário, Dilma optou por intensificar o plano até o período eleitoral, cedendo às crenças logo em seguida ao cortar subsídios

e anunciar políticas monetárias restritivas. Tentou recuperar a credibilidade ao nomear Joaquim Levy, formado em Chicago e reconhecido como grande gestor de fundos, para o cargo de ministro da Fazenda. Ele, por sua vez, cortou os empréstimos do BNDES e reduziu os gastos em geral. O Banco Central aumentou as taxas de juros de forma consecutiva nos meses seguintes (Alston *et al.*, 2016).

Complementarmente, dois dos autores do livro de Alston, Carlos Pereira e Marcus André Melo, em um livro recém-lançado, insistem nesse ponto, afirmando que o boom das commodities, juntamente com a descoberta do pré-sal, foi o momento em que o Executivo começou a se distanciar unilateralmente das crenças, que até então haviam sido seguidas, mesmo que a contragosto. Não mencionado no livro de Alston, a questão da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 apenas contribuiu para o aumento dos gastos e dos investimentos. O segundo choque foi a crise de 2008, que, enquanto nos EUA se tratou de uma experiência keynesiana passageira, no Brasil tornou-se permanente, sob a denominação de Nova Matriz Econômica. Ao perceber o erro, Dilma “dobrou a aposta” ao manipular os preços de energia e combustíveis (Melo e Pereira, 2024).

Os autores também argumentam que os protestos foram motivados pela queda na qualidade de vida experimentada após 2010, decorrente da má gestão macroeconômica. Além disso, houve descontentamento com a não aplicação de recursos no espaço público, sendo que muitos desses recursos foram direcionados para projetos de menor importância, como as reformas para a Copa do Mundo (Melo e Pereira, 2024).

Deve-se notar que o que será dito a seguir, obviamente, é uma análise dentro do ferramental institucional “à la Alston *et al.*”. Se fosse usado outro ferramental, a conclusão poderia e, possivelmente, seria diferente.

O que se conclui é que Lula conseguiu escapar das limitações das crenças por fatores exógenos a ele, mas, assim que esses fatores se dissiparam e sua sucessora tentou manter as mesmas políticas, as crenças acabaram por se impor e levá-la ao fracasso. Pelo que já foi discutido, crises econômicas e políticas estão intimamente interligadas. Com a população “cansada dela”, somado à crise econômica e política, aos escândalos de corrupção, e ao fato de Dilma ter traído seus próprios eleitores ao implementar uma política contracionista, a qual ela acusava seu oponente da ocasião de querer implementar, seu destino estava selado, e ela foi afastada.

Uma digressão deve ser feita sobre o seguinte tema: além do que afirmam os autores, seria verdade que a população e o Congresso estão realmente a favor da “inclusão social fiscalmente sustentável”?

Comecemos pela população. A polarização ideológica pode ser definida como o aumento da distância ideológica entre grupos da sociedade e o esvaziamento do centro. Já a polarização afetiva refere-se ao aumento da desafeição entre grupos políticos rivais. No Brasil, como é tendência mundial, os grupos mais politizados ou engajados politicamente tendem a ser os mais radicais, tanto ideologicamente quanto afetivamente. Observa-se também no caso brasileiro que a centralidade de líderes populares foi crucial para o aumento da polarização, a qual adquiriu um caráter não partidário, mas personalista. Além disso, enquanto a esquerda manteve-se relativamente estática em seu radicalismo, foi a direita que se politizou e radicalizou, graças à criação de uma nova direita nos últimos anos. Em especial, o PT se tornou mais pragmático e menos radical em suas posições originais. A partir de 2014, e especialmente em 2018, houve um aumento significativo na polarização, principalmente proveniente da direita. Por fim, na amostra do trabalho, a porcentagem de pessoas a favor de atitudes estatais para combater a desigualdade sempre foi próxima ou superior a 80% até 2014. Se supormos que a quantidade e o radicalismo dos eleitores de direita aumentaram, como é a conclusão do trabalho, e se somarmos o fato de que a maioria acredita na luta contra a desigualdade, isso tudo corrobora a ideia de que a população acredita em "fiscally sound social inclusion". No entanto, é importante destacar que, em 2017 e 2019, essa porcentagem caiu para 68,6% e 73%, respectivamente, mostrando um enfraquecimento leve dessa crença (Fuks e Marques, 2022).

Agora, vamos analisar a ideologia do Congresso. Santos (2022) observa que havia uma direita tímida no Congresso, talvez devido a resquícios da ditadura militar, o que gerava um consenso de esquerda. De fato, os manifestos dos partidos de direita eram comedidos, criando uma discrepância entre o que era dito e o que era efetivamente praticado. Os partidos que mantinham consenso entre o que falavam e faziam eram o PT e o PDT. Mesmo durante o período militar, essa timidez se fazia presente, pois, dos 428 deputados, nenhum se declarava de extrema direita, com 5% se identificando como centro-direita e 37% como centro.

Isso começou a mudar nas eleições de 2010, quando o candidato a vice-presidente de José Serra fez ataques pesados ao PT, associando-o a ditaduras e guerrilhas. Nesse período, temas religiosos começaram a ser fortemente tratados, levando ambos os candidatos a incorporar a agenda religiosa em suas campanhas. Isso ocorreu principalmente devido à pressão civil sobre os políticos, sendo um presságio do que aconteceria a seguir. A mudança foi definitiva após o comentário de Levi Fidelix sobre os homossexuais em 2014. Esse evento, juntamente com os protestos de 2013, funcionou

como um "desbloqueio" para que o Congresso se tornasse mais de direita, sem a timidez de antes, ou talvez para se moldar ao que a população queria ver. O fato é que, a partir de 2014, o Congresso se tornou muito mais de direita, passando a ser um reflexo mais claro da sociedade brasileira. De fato, o número de membros da bancada evangélica aumentou significativamente entre 1990 e 2010, de 23 para 73 deputados, espalhando-se por diversos partidos. Durante o impeachment, a bancada evangélica representava 17% do Congresso e a bancada católica, 41%. Além disso, a bancada da bala, da qual Bolsonaro fazia parte, e a Frente Parlamentar para a Segurança Pública, que contava com 287 deputados durante o período do impeachment, aumentou para 299 em 2019, representando 58% do Congresso (Santos, 2022).

Outra prova da força da direita no congresso pode ser encontrada na seguinte tabela:

Tabela 3: Principais bancadas nas eleições na Câmara dos Deputados (1994-2022)

Partido	Anos							
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022
MDB	107	83	75	89	79	66	34	42
PFL/DEM/UNIÃO BRASIL	89	105	84	65	43	22	29	59
PSDB	63	99	70	66	53	54	29	13
PP	51	60	49	41	41	36	37	47
PT	50	59	91	83	88	70	56	58
PL/PR/PL	13	12	26	23	41	34	33	99

Fonte: Rebello (2022)

Note-se que o PFL se tornou DEM em 2007, que, com a incorporação do PSL, formou o União Brasil em 2021. Da mesma forma, o PL se fundiu com o PRONA em 2006, tornando-se o Partido Republicano (PR) e voltou a se chamar PL em 2019. Vale destacar que, com exceção do PT, todos esses partidos são de centro-direita ou direita. Isso comprova a representação desse espectro político no Congresso.

Nesse contexto, pode-se argumentar que uma das razões para a queda de Dilma (e não de Lula) foi ela ter se oposto às crenças da população e do Congresso. Se a população, que era inicialmente de uma "direita tímida", se tornou muito vocal a partir de 2010, especialmente em 2013, então é possível afirmar que ela seguia essas crenças. O Congresso, claramente de centro-direita, também seguia essas crenças. Quando os fatores exógenos que favoreciam Lula passaram, Dilma persistiu em agir contra essas crenças, o que, somado aos motivos exógenos já mencionados, tornou sua queda inevitável.

Dito isso, podemos abordar o próximo período: o governo Temer.

No final de 2015, o PMDB, partido de Michel Temer, lançou um plano de governo intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, com ideias claramente liberalizantes. O documento destaca a crise fiscal como o maior obstáculo para a retomada do crescimento, indicando a necessidade de um ajuste fiscal permanente que promova um equilíbrio duradouro nas contas públicas. O texto também critica o próprio governo do qual faz parte, mencionando que o governo anterior cometeu excessos ao criar novos programas, ampliar os existentes e investir além da capacidade fiscal do Estado. Os autores sugerem que a situação poderia ter sido menos crítica se tais medidas não tivessem sido tomadas (Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

O plano critica ainda a carga tributária do país, defendendo que ajustes fiscais devem ser feitos sem aumentar impostos, considerando que estes já são elevados, tendo aumentado 50% em 25 anos. Também se opõe à transferência de mais recursos das famílias e empresas para o Estado, considerando essa prática disfuncional e prejudicial à competitividade do setor produtivo. O programa dedica duas das 19 páginas apenas à defesa de uma reforma da previdência, propondo que a idade mínima seja de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, com a possibilidade de aumento dessas idades no futuro, caso necessário. Em relação à dívida pública, o documento reconhece que alguns países têm dívidas maiores, mas destacam que esses países pagam juros bem menores, enquanto o Brasil paga 14% ao ano. O programa não propõe a redução da taxa de juros, mas sim a obtenção de superávits primários suficientes para cobrir as despesas com juros, descontando o crescimento do produto. Também defende a criação de um ambiente de negócios mais favorável e estimulante para o setor privado (Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

Por fim, como será detalhado mais adiante, o programa previu duas políticas que foram efetivamente implementadas por Temer: a reforma trabalhista, que priorizou as convenções coletivas sobre as leis normativas, e uma agenda de transparência das políticas públicas, com o objetivo de identificar os beneficiários das ações governamentais (Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

Além das propostas, o governo Temer foi claramente seguidor dessa carta. Ele implementou a Reforma Trabalhista e a Reforma do Teto, conforme previsto no plano.

Quanto à reforma trabalhista, alguns de seus pontos são (De Carvalho, 2017):

- Acordos e convenções coletivas passam a ter prevalência sobre a lei em várias situações, flexibilizando dispositivos sobre a jornada de trabalho e remuneração. De forma geral, a Justiça do Trabalho deve se reduzir a analisar a conformidade

aos elementos juridicamente formais, não mais analisando o conteúdo dos acordos. Mais, retirada de direitos legais com ausência de contrapartida não causa mais nulidade dos acordos.

- Com a possibilidade de negociação de enquadramento de insalubridade, qualquer pessoa pode trabalhar em insalubridade máxima, sobressaindo outros artigos. Um exemplo seria gestantes, que, pelo artigo 394-A, só podem trabalhar em níveis de insalubridade mínimo ou médio. Contudo, com a nova legislação, elas podem negociar o trabalho em nível insalubre máximo.
- Permite acordos que flexibilizam a jornada de trabalho; o uso de banco de horas; reduzir o intervalo de jornadas de mais de 6 horas para 30 minutos, além de ampliar jornadas em ambientes insalubres.
- Legaliza jornadas diárias de 10 horas com intervalos de 30 minutos, além de jornadas de 10 horas ininterruptas caso se indenize o intervalo de uma hora da lei trabalhista como hora extra.
- Modifica normas sobre a necessidade de salário igual para igual função. Passou de “vedada remuneração diferente para mesma função na mesma localidade” para “mesmo estabelecimento”. Ademais, cláusulas de acordos coletivos irão prevalecer sobre este princípio.
- Cria outra forma de trabalho, o trabalho intermitente. Em que pese grande parte dos que trabalham nessa modalidade serem informais, não fica claro qual o ganho social em legalizar a precariedade, nota o autor. Além disso, trabalhos antes protegidos podem acabar sendo precarizados.
- Veda o estabelecimento de vínculo empregatício com trabalhadores autônomos, mesmo no caso de relação exclusiva e contínua. Anteriormente, tal situação poderia ser vista pela Justiça do Trabalho como forma de burlar as obrigações trabalhistas.
- Extingue a necessidade de homologação da rescisão ser no sindicato ou no MTb para funcionários com mais de um ano; caso o trabalhador não tenha como pagar advogado, é extinta a necessidade da presença de representante do MP, juiz de paz ou mesmo defensor público para a homologação. Por fim, é extinta a gratuidade da assistência ao trabalhador durante a homologação. Tudo isso dificulta a fiscalização do pagamento ou não das verbas rescisórias.

Quanto à “PEC do Teto”, ela institui um novo regime fiscal que vigoraria por 20 exercícios financeiros, limitando os gastos primários dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública. O limite, para o exercício de 2017, seria dado pela despesa

primária paga em 2016, corrigida em 7,2%. Para os exercícios seguintes, o limite seria o valor do exercício anterior, corrigido pela variação do IPCA. Além disso, a PEC prevê punições caso haja descumprimento, como o impedimento de aumentar despesas com pessoal no ano seguinte (incluindo a criação de novos cargos), a permissão de contratações apenas para reposição de vagas causadas por aposentadoria ou falecimento de servidores anteriores, e a proibição de realização de concursos públicos (De Souza, 2017).

A questão a ser levantada sobre tal PEC é que ela diminui os gastos per capita simplesmente porque temos um gasto constante no numerador, enquanto o número de pessoas, no denominador, continua a crescer. Além disso, a saúde e a educação já enfrentavam dificuldades antes da instituição da PEC, e com a implementação dela, a situação tende a piorar. Os gastos com assistência social também cairão drasticamente, aumentando o número de pessoas pobres, que são as que mais dependem dos serviços públicos. Por fim, numa visão heterodoxa, poder-se-ia argumentar que a PEC acarretará desaceleração da economia, assim como do nível de emprego e salário. Tal situação aumentará ainda mais o número de pessoas pobres, que dependerão ainda mais desses serviços públicos, o que gerará mais complicações para o futuro, causando decadência da qualidade desses serviços e, conseqüentemente, insatisfação (De Souza, 2017).

Interessantemente, no presente ano (2025), Temer escreveu uma coluna discorrendo, sem saber, sobre a tal *fiscally sound social inclusion*. O ex-presidente afirma que uma política fiscalmente saudável é o caminho para um social bom, pois a inflação, originada pela primeira, penaliza a segunda. Ele cita nomes de peso que colocou em lugares-chave e as medidas que tomaram, que geraram bons resultados, com o objetivo de gerar maior credibilidade. Tudo isso sem abrir mão do social, uma vez que houve aumento acima da inflação no Bolsa Família e o pagamento de dívidas de pessoas por uma fração do valor total. Isso tudo é mais uma prova de que ele seguiu as chamadas crenças (Temer, 2025).

Passando para o próximo governo, temos o de Bolsonaro. Um exemplo significativo foi a Reforma da Previdência, que será detalhada a seguir.

Quanto à Reforma da Previdência, ela passou a exigir que o segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tenha 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, para poder se aposentar por idade. Os servidores públicos, pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), tendem a se aposentar com a mesma idade dos segurados do RGPS. Além disso, o tempo mínimo de contribuição para requerer a aposentadoria por

idade será de 20 anos para os homens, enquanto as mulheres mantêm a necessidade de 15 anos de contribuição (Guia Trabalhista, 2020).

Um dos problemas da previdência, de maneira geral, é que pessoas mais abastadas entram no mercado de trabalho formal mais cedo, de modo que se aposentam ganhando mais e mais cedo, visto que as aposentadorias por tempo de contribuição tendem a ocorrer mais cedo do que as aposentadorias por idade (Cunha, 2019).

Além disso, a reforma desconsidera as diferenças nas expectativas de vida no país. Em estados mais ricos, a expectativa de vida média é de 77 anos, enquanto, em estados mais pobres, a média é de 70 anos. Também há críticas quanto à elevação do tempo de contribuição dos homens para 20 anos, pois desconsidera o trabalho informal, especialmente para pessoas com menor escolaridade e renda. Outra crítica, dessa vez sobre o aumento da idade mínima feminina, é que ela desconsidera a jornada dupla, às vezes tripla, que as mulheres enfrentam. Pesquisa mostra que as mulheres gastam, em média, 8,2 horas semanais a mais que os homens devido aos trabalhos domésticos. Além disso, 47% das mulheres no mercado de trabalho não estão cadastradas, o que dificulta suas contribuições previdenciárias (Arcangelo e Assumpção, 2019?).

Contudo, há também pontos favoráveis à reforma. Na exposição de motivos, o ministro cita a necessidade de garantir a sustentabilidade do sistema, com vistas a não penalizar as gerações futuras, além de incentivar a poupança. Ele argumenta que a despesa previdenciária é a raiz da limitação do crescimento do país, e que não a resolver custa ao país na forma de juros altos na dívida pública, devido ao risco arriscado de seu crescimento. Soma-se a isso o alto custo da previdência no orçamento da União, deixando pouco espaço para outras áreas. Outro motivo para a reforma é o envelhecimento da população, o que necessariamente implica maiores gastos com saúde e benefícios previdenciários. A baixa natalidade (de cerca de 6 filhos por mulher em 1960 para menos de 1,8 em 2020) e o fim do bônus demográfico também são citados como fatores que tornam a reforma necessária (Brasil, 2020).

Se, na parte fiscal, Bolsonaro seguiu as crenças, na parte social, nem tanto. Ele fez ataques contra universidades, incluindo a UnB. A polêmica começou quando afirmou que iria cortar verba dos cursos de Filosofia e Sociologia. Posteriormente, foi esclarecido que os cortes seriam de 30% nos recursos de três universidades federais: UnB, UFF e UFBA; depois, a proposta de corte se estendeu a todas as universidades. Como os salários não poderiam ser cortados, a redução seria feita em despesas com eletricidade e viagens. A justificativa para os cortes era o foco na educação primária, mas muitos consideraram que os motivos tinham uma natureza ideológica, como aponta o texto (Redden, 2019).

Diferentemente de Temer, Bolsonaro, em 2019, fez contenções no Bolsa Família, com cortes de benefícios para ao menos 1 milhão de pessoas e uma redução no número de novos participantes, que passou de 275 mil por mês para menos de 2.500, com 700 mil pessoas na fila de espera. Ele também prometeu um décimo terceiro auxílio, mas, devido à falta de preparação antecipada, precisou reduzir o número de beneficiários ativos. No entanto, não mexeu nos salários dos policiais e do exército, que representam 4% do PIB a cada ano (enquanto o custo do Bolsa Família seria 0,4% do PIB) (The Economist, 2020).

Quanto a outros valores, em dezembro de 2019, Bolsonaro planejou gastar o menor valor da história no programa Minha Casa, Minha Vida, metade do valor destinado em 2019. Também destinaria R\$ 36 milhões para segurança ocupacional, inspeção de saúde e combate ao trabalho escravo, uma redução de 49% em relação ao ano anterior. Por fim, em 2020, o orçamento para programas de capacitação técnica e emprego seria reduzido em 97% (Brant e Resende, 2019).

Contudo, com a chegada da pandemia de Covid-19, a situação se inverteu: as preocupações fiscais foram deixadas de lado (com justificativa), e passou a ser dada grande importância ao social.

Tabela 4: Gastos da União com Combate à COVID-19, em bilhões de reais, para os anos de 2020 e 2021

Discriminação do gasto	Gasto em 2020	Gasto em 2021
Gasto efetivo	524	121.4
Despesas adicionais dos ministérios	42.7	25.77
Compra de vacina e insumo	2.22	21.79
Auxílio emergencial a pessoas	78.25	60.58
Manutenção de emprego e renda	33.5	7.71

Fonte: Feito pelo autor através das informações do Tesouro Nacional

Agora, através de dados do Banco Central para os Meios de pagamentos ampliados, temos a seguinte tabela:

Tabela 5: Meios de pagamentos ampliados para o ano de 2020, em milhões de R\$

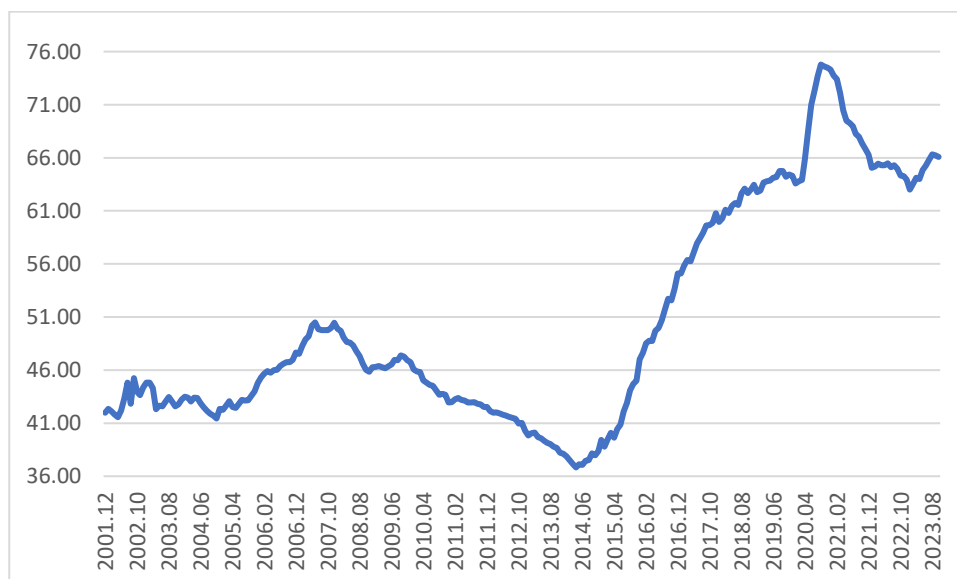
Mês	PMPP	DV	M1
Janeiro	212.569	191.982	404.550
Fevereiro	210.227	199.681	409.908
Março	214.206	221.617	435.823
Abril	237.660	233.611	471.271
Maio	256.972	246.472	503.444
Junho	270.242	263.803	534.045
Julho	279.811	266.621	546.433
Agosto	286.099	279.222	565.321
Setembro	287.735	298.270	586.004
Outubro	292.632	297.646	590.278
Novembro	297.460	310.057	607.517
Dezembro	308.889	322.218	641.108

Fonte: Feito pelo autor através das informações do Banco Central

Do que se nota, Bolsonaro tinha certos desejos em seu primeiro ano de governo, onde pretendia cumprir uma das partes das crenças, enquanto não cumpria a segunda, mas a pandemia fez o oposto acontecer, ironicamente.

Isso conclui a análise para todos os governos pretendidos, mas vale apresentar alguns gráficos para melhor argumentação.

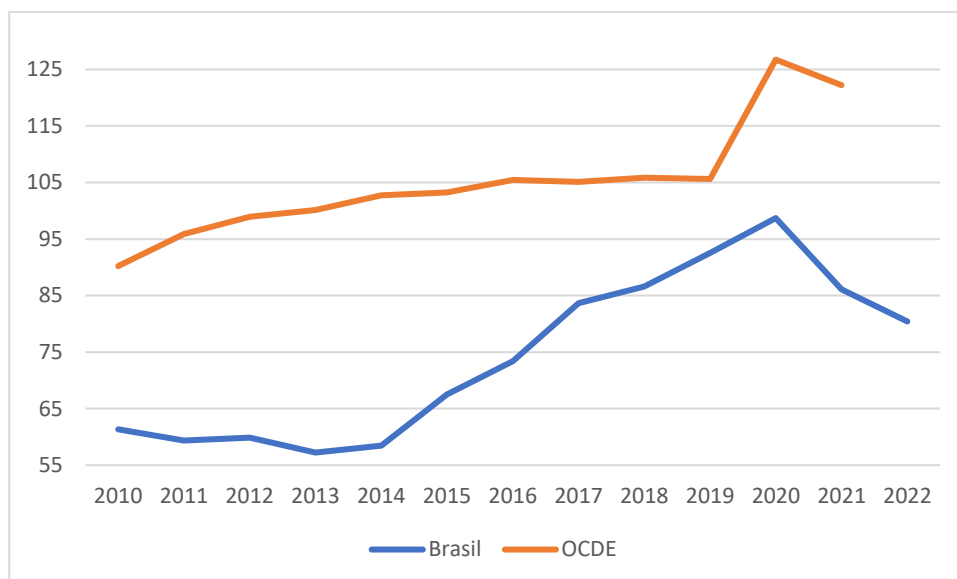
Abaixo a dívida interna em relação ao PIB.

Gráfico 1: Dívida interna líquida em proporção do PIB

Fonte: Feita pelo autor através de dados do Ipeadata

É interessante também comparar a dívida anual em relação ao PIB do Brasil contra os países da OCDE.

Gráfico 2: Dívida do Governo Central, em proporção do PIB, do Brasil e países da OCDE¹



Fonte: Feita pelo autor através de dados do Banco Mundial

Primeiramente, o leitor deve perceber que os Gráficos 1 e 2 foram retirados de fontes distintas (um do IPEA e outro do Banco Mundial), de modo que não abordam exatamente o mesmo assunto, período ou intervalo de tempo. No entanto, é possível tirar conclusões com base neles. Como mostra o primeiro gráfico, a partir de 2014, a tendência da dívida se torna extremamente explosiva, saltando de aproximadamente 36% para mais de 60%, quase dobrando em apenas três anos. Por outro lado, no segundo gráfico, observa-se que a dívida do Brasil estava 30 pontos percentuais abaixo da da OCDE no início e nunca a superou, mesmo após o aumento explosivo em 2014. Não cabe a este trabalho discutir os detalhes entre ortodoxia e heterodoxia ou os limites de endividamento, ficando a cargo do leitor o julgamento.

Houve também uma emenda referente ao "novo regime fiscal" (EC 95/2016, no governo Temer), que promoveu cortes no orçamento da Seguridade Social, afetando programas sociais. Além disso, a concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada) passou a ser condicionada à inclusão do beneficiário no Cadastro Único, bem como à verificação, por meio do CPF dos membros da família, da condição de renda. De forma geral, houve um aumento significativo no controle e na fiscalização dos programas sociais, com o objetivo de identificar irregularidades que possam gerar o cancelamento do benefício ou dificultar seu acesso (Da Costa, 2019).

¹ A definição do site diz: "It is the gross amount of government liabilities reduced by the amount of equity and financial derivatives held by the government". Logo, é a dívida líquida.

Ainda dentro dessa perspectiva liberal, ambos os governos, Temer e Bolsonaro, atacaram legislativamente o BPC. Temer, com a PEC 287/2016, estipulou a idade de acesso ao benefício aos 70 anos, além de desvincular seu valor do salário-mínimo. O ministro da Fazenda justificou a implementação dessas dificuldades com o argumento de evitar o desincentivo à contribuição para a previdência. Já Bolsonaro, com a PEC 06/2019, previu mudanças na idade de acesso, no valor do benefício e na comprovação da situação de miserabilidade da família, além de também elevar a idade de acesso aos 70 anos. Por fim, a proposta vedava a acumulação do BPC com outros benefícios e proventos de aposentadoria ou pensão por morte (Da Costa, 2019). Vale ressaltar que ambas as propostas foram aprovadas, mas com modificações.

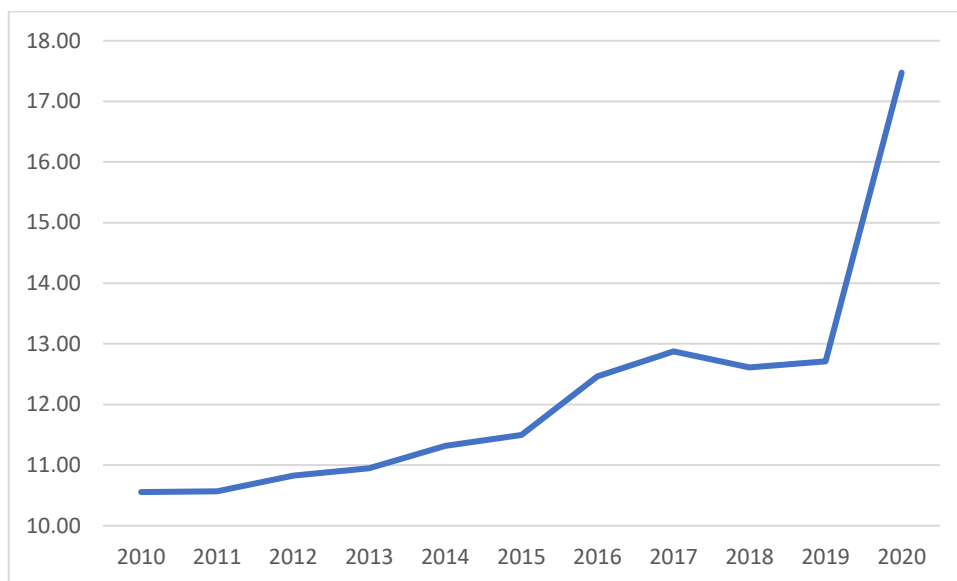
Gráfico 3: Necessidades de financiamento do setor público (NFSP)²



Fonte: Feita pelo autor através de dados do Ipeadata

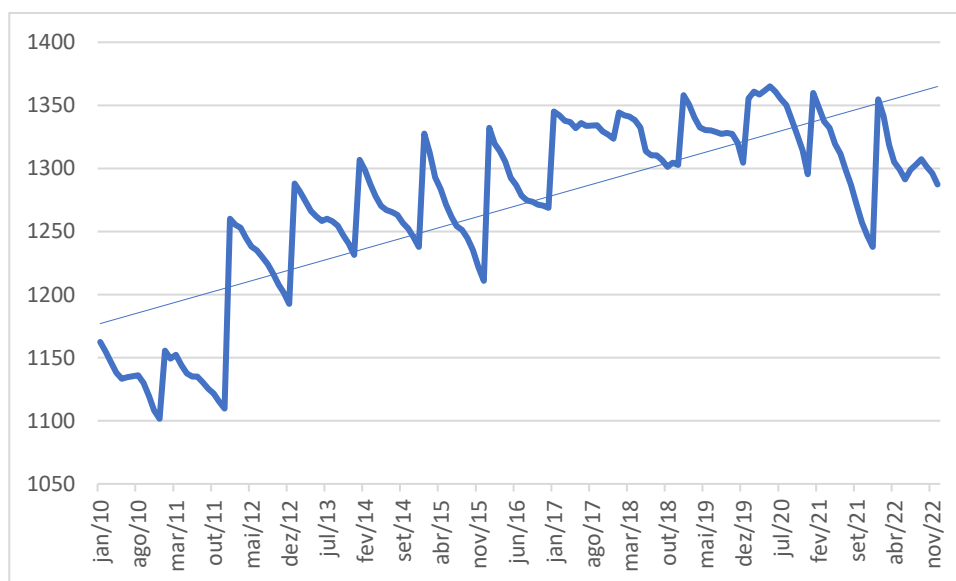
Nota-se que o Governo não teve necessidade de financiamento até aproximadamente setembro de 2014, passando a apresentar essa necessidade até o final de 2021. Houve um aumento brusco durante a pandemia, por motivos óbvios. Assim, pode-se afirmar que houve austeridade no governo Dilma "pré-crise". Quanto ao governo Temer, há razões para acreditar que não foi um governo austero. Já no governo Bolsonaro, após a pandemia, a necessidade de financiamento cessou.

² A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) é quanto o setor público consolidado não financeiro capta com o setor privado, setor público financeiro e resto do mundo para lidar com seus dispêndios, posto uma falta de receita fiscal. Ainda, é a variação da dívida líquida.

Gráfico 4: Gasto público com proteção social, em proporção do PIB

Fonte: Feito pelo autor através de dados do CEPALSTAT

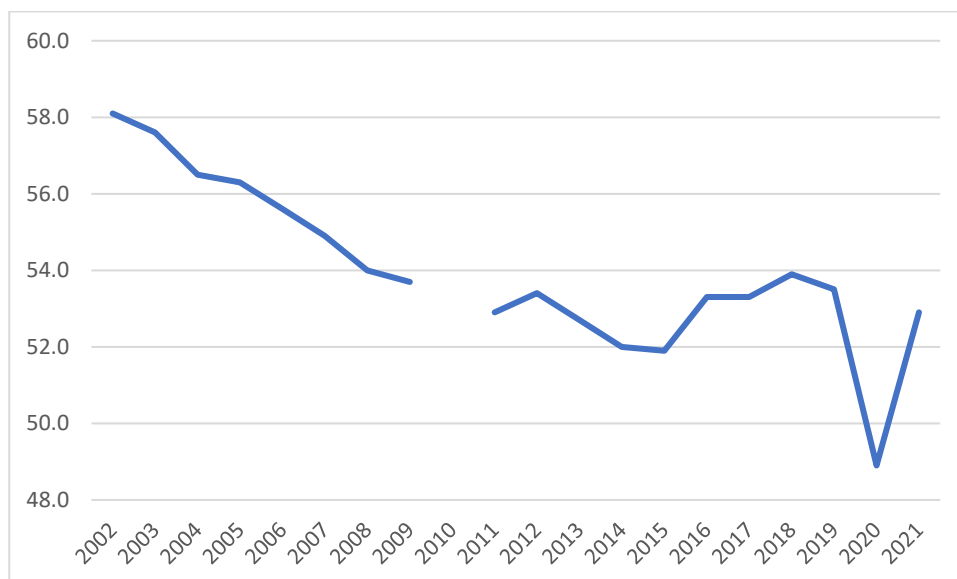
Quanto aos benefícios com proteção social, há de se falar que em todo o período houve proteção. Por um motivo ou outro, o gasto aumentou consideravelmente a partir de 2015, e explodiu durante a pandemia, de novo, por razões óbvias.

Gráfico 5: Salário-mínimo real

Fonte: Feita pelo autor através de dados do Ipeadata

Nota-se que o salário real, ignorando a tendência de cair durante o ano e subir quando reajustado, tem inclinação positiva, de forma que subiu durante todo o período, mas especialmente no segundo ano do governo Dilma.

Por fim, vale apresentar o Índice de Gini.

Gráfico 6: Índice de Gini de 2002 até 2021

Fonte: Feito pelo autor através de dados de Federal Reserve Bank of St. Louis.

Observa-se uma queda constante durante os governos petistas. Curiosamente, o índice começou a piorar quando a crise política, ou seja, a crise econômica somada à operação Lava-Jato, se instalou. A queda vertiginosa em 2020 não deve ser interpretada como uma grande política redistributiva de Bolsonaro, já que o ano foi marcado pela pandemia e, consequentemente, pelo auxílio emergencial. Além disso, os governos Temer e Bolsonaro apresentaram um aumento no índice.

Os gráficos, no entanto, mostram dados que desafiam a análise [anteriormente apresentada]. O gráfico 1 revela Dilma conseguindo reduzir a proporção da dívida/PIB. É claro que, com a crise, a relação aumentaria, principalmente devido à queda do denominador. No entanto, durante o governo Temer, essa relação continuou a subir. Se o crescimento foi positivo no período, isso indica que o numerador (a própria dívida) aumentou. Não há muito a dizer sobre a relação durante a pandemia, mas é importante notar que tanto Bolsonaro quanto o governo Lula III conseguiram reduzi-la a patamares pré-pandemia após o fim da crise.

O gráfico 3 mostra um aumento mais modesto, mas ainda positivo, da necessidade de financiamento durante o governo Temer. O gráfico 4 revela um aumento considerável nos gastos sociais nesse mesmo governo. O salário-mínimo real apresenta uma tendência crescente ao longo de todo o período, conforme mostrado no gráfico 5.

Vale a pena abordar brevemente as novas crenças. Não há motivos para acreditar que a crença na "*fiscally sound social inclusion*" tenha mudado. Pelo contrário, pode-se argumentar que ela era tão forte que qualquer movimento contrário a ela poderia levar a um impeachment. No entanto, é difícil explicar os fatos apenas com essa crença. Seria

interessante incluir outros componentes na análise. Como mostrado na seção 3.3, sentimentos de antipolítica, antipetismo e anticorrupção foram muito fortes durante esse período. Não é possível afirmar que os protestos de 2015 ocorreram apenas por motivos econômicos; embora a economia tenha sido uma razão, os protestos também foram impulsionados por questões políticas. Assim, incluir esse componente nas crenças seria relevante. Isso fica claro pelo fato de que Bolsonaro foi eleito, sem grandes polêmicas sobre isso, principalmente devido ao antipetismo e antipolítica, e não pela recessão que ocorreu. Seu caráter econômico foi, em grande parte, terceirizado ao seu "superministro da Economia", Paulo Guedes.

Por fim, de acordo com Melo e Pereira (2024), a anticorrupção faz parte da crença social, no sentido de que comportamentos desviantes devem ser punidos, independentemente do lado político, nível de poder ou outras características. Eles também afirmam que, entre controle e independência, a sociedade optou pela segunda, mesmo correndo o risco de as organizações cometerem excessos.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho aplicou a teoria institucionalista, mas principalmente a teoria de Alston *et al.* (2016) ao caso brasileiro pós-2014. O que foi descoberto é que as crenças permaneceram as mesmas das encontradas pelos autores, i.e., o país continua acreditando em *fiscally sound social inclusion*. Mais que isso, pode-se dizer que ter saído das crenças foi um dos principais motivos que levaram Dilma a ser afastada. Temer seguiu-as, seja pelos fatos das reformas que ele fez, seja pela “Uma ponte para o futuro”, somado com seu artigo n’O Estado de São Paulo. Bolsonaro, na figura de seu superministro, eram tão ou mais a favor de políticas austeras que Temer, e assim o fizeram, vide as reformas. Não eram, no entanto, muito afeitos à inclusão social. Contudo, com a ocorrência da pandemia, a situação se inverteu: foram obrigados a fazer políticas expansionistas de grande magnitude, somado com uma inclusão social [forçada] de tamanho parecido. As séries históricas comprovam isso, mas também, ironicamente, mostram dados discrepantes com o que foi dito acima, tal qual Dilma tendo necessidade negativa de financiamento, enquanto Temer teve necessidade positiva, mas também aumento da dívida pública sob Temer e Bolsonaro antes da pandemia, enquanto Dilma teve queda da mesma.

É fundamental discutir a possibilidade de mudança nas crenças analisadas. Com base nos dados apresentados, não há evidências concretas que sustentem a hipótese de que essas crenças tenham se modificado de maneira significativa. De fato, os resultados indicam que a maioria da população brasileira continua a apoiar políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade, ainda que a proporção desse apoio tenha diminuído nos últimos anos. Ademais, a aceitação de Paulo Guedes—um dos principais representantes de políticas fiscalmente responsáveis—pelo eleitorado de Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral evidencia a ausência de constrangimento em relação a esse posicionamento. Pelo contrário, sua presença foi amplamente legitimada. Nesse sentido, pode-se afirmar com razoável grau de confiança que as crenças fundamentais permaneceram inalteradas no período subsequente ao livro. Convém ainda destacar que o governo Temer não representou uma ameaça a essas crenças, uma vez que sua gestão esteve alinhada a elas. Em contrapartida, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff confrontaram tais princípios, mas, como analisado anteriormente, não lograram êxito em alterá-los de forma substancial.

A permanência dessas crenças pode ser explicada por diversos fatores. Uma hipótese relevante refere-se à experiência hiperinflacionária vivenciada pelo Brasil, que foi debelada há pouco mais de três décadas. Esse fator contribui para a manutenção do compromisso com a responsabilidade fiscal, uma vez que os efeitos adversos da instabilidade econômica

ainda são relativamente recentes na memória coletiva. Quanto à crença na inclusão social—cujos fundamentos remontam ao período da ditadura militar—, sua longevidade não implica fragilidade; ao contrário, trata-se de um tema que permanece relevante na atualidade, conforme ilustrado pela ampla repercussão do filme *Ainda Estou Aqui*.

Por fim, um fator exógeno que pode explicar a resiliência dessas crenças, mesmo diante de tentativas sucessivas de alteração—incluindo dois governos consecutivos que buscaram modificá-las, o impedimento de uma presidente e a eleição de um candidato fora dos padrões tradicionais, que igualmente tentou reformulá-las—, é a própria natureza das instituições. Estas, por definição, tendem a apresentar elevada inércia e resistência a mudanças abruptas. O conceito de *path dependence* (ou "piloto automático", conforme formulado por Alston) é particularmente útil nesse contexto, pois sugere que crenças institucionais evoluem de maneira incremental, incorporando eventos passados ao longo do tempo. Assim, seria pouco plausível que uma crença consolidada em 1994 sofresse uma transformação radical já em 2014, apenas vinte anos depois. Embora tal mudança não seja impossível, sua concretização demandaria uma alteração significativa na rede dominante, possivelmente traduzida na promulgação de uma nova constituição, o que configuraria um processo complexo e de difícil concretização dentro de um período tão curto.

Acrescenta-se novos elementos ao arcabouço: como não poderia deixar de ser, o outro motivo da queda de Dilma foi a antipolítica e a anticorrupção. Nesse caso, as novas crenças incorporaram já não são idênticas aos dos autores, mas sim acrescidas desses dois pontos.

De forma geral, pode-se afirmar que instituições realmente importam, tanto de forma mais geral, quanto leis de propriedade bem definidas, mas de forma específica nesse trabalho, de que os políticos são restringidos pelas crenças da rede dominante, sendo punidos se desviarem dela.

Por fim, para novas pesquisas, se recomenda repetir a ideia desse trabalho: aplicar o ferramental para novos períodos e novos governos que chegaram ou irão chegar pós-2022, período que esse trabalho analisou.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D., ROBINSON, J.A. Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty. New York: Crown, 2012. Ebook.

ALBUQUERQUE, G. *et al.* “2018, a batalha final”: Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema. **Civitas**, Porto Alegre, v.20, n.3, p.377-389. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/GsQRTNzJNvYYqZYBwjfV7jM/> . Acesso em: 21 out. 23.

ALSTON, E. *et al.* **Institutional and organizational analysis: concepts and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ALSTON, L.J. *et al.* **Brazil in transition: Beliefs, leadership, and institutional change**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

ANTUNES, B. A internet de pessoas: a web 3.0, a exposição dos usuários nas mídias sociais e a polarização de ideias na rede. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, São Bernardo do Campo, n.20, p.191-203. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/8304/5979>. Acesso em: 19 dez. 23.

ARCANGELO, F.H., ASSUMPÇÃO, R.A.B.P.S. Os impactos da reforma da previdência na desigualdade social. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/19823/1/TCC%20RENATA%20E%20FERNANDO%203%20%282%29%20%2814%29%20%282%29%20%281%29.pdf>. Acesso em: 15 nov. 23.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas monetárias e de crédito - todas as publicações**. Brasília: BCN, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/historicomonetariascredito?ano=2021>. Acesso em: 2 maio 2022.

BARTKOWIAK, J. Z. *et al.* **A Primavera Árabe e as redes sociais: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia**. *Cadernos de Relações Internacionais*, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30432/30432.PDF>. Acesso em: 28 jan. 25.

BATISTA, L. Cronologia: protestos 2015 a 2016. **Estadão**, 11 março 2016. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm> . Acesso em: 21 out. 23.

BORBA, J. *et al.* From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018* Vote for Bolsonaro. **Brazilian Political Science Review**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/gNzK3nfgyJcKTcTmMGsTNdC/>. Acesso em: 21 out. 23.

BORGES, B; *et al.* Políticos 'lacradores', antipolítica, ampliação da participação popular; parlamentares refletem sobre efeitos de junho de 2013. **G1**, Brasília, 08 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/08/politicos-lacradores->

antipolitica-ampliacao-da-participacao-popular-parlamentares-refletem-sobre-efeitos-de-junho-de-2013.ghtml. Acesso em: 21 out. 23.

BRANDT, D; RESENDE, T. Bolsonaro Cuts Government Spending in Social, Culture and Labor Areas. **Folha de São Paulo**, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2019/12/bolsonaro-cuts-government-spending-in-social-culture-and-labor-areas.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Exposição de Motivos nº 00029/2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/ExpMotiv/REFORMA%202019/ME/2019/00029.htm. Acesso em: 11 mar. 25.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Monitoramento dos gastos da União com combate à COVID-19**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em: 2 maio 2022.

BRESCIANI, E. Com 88 deputados, PT elege maior bancada na Câmara. **G1**, Brasília, 04 out. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/pt-elege-maior-bancada-na-camara-dos-deputados.html>. Acesso em: 22 out. 23.

CAESAR, G. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. **G1**, 08 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>. Acesso em: 22 out. 23.

CEPALSTAT. **Public spending by function, in percentages of GDP**. [Brasília], 2024. Disponível em: https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=4410&area_id=2310&lang=en. Acesso em: 27 jun. 24.

CLETO, M. A era da antipolítica. **El País**. 06 out. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/05/opinion/1475671551_641754.html. Acesso em: 21 out. 23

CORRÊA, A. Impeachment é ‘vingança’ de Cunha e mais um golpe à imagem do país, dizem brasilianistas. **BBC**. 4 dez. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151204_brasilianistas_impeach_ac_tg. Acesso em: 25 jun. 24.

CORRÊA, E.V.B. Redes sociais, ódio e polarização política: a psicodinâmica da guerra civil digital brasileira. In: GUILHERME, W.D. **Política em foco: o melhor embate é o debate- Vol.3**. Curitiba: Editora Bagai. P. 17-30.

COSSO, R.; FRANZINI, R. Bancada do PT cresce mais de 50% e será a maior da Câmara. **Folha de São Paulo**. 09 out. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200211.htm>. Acesso em: 22 out. 23.

CUNHA, A. R. A situação da Previdência Social em 6 gráficos. **Aos Fatos**. 20 fev. 2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/a-situacao-da-previdencia-social-em-6-graficos/>. Acesso em: 15 nov. 23.

DA COSTA, L.C. A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Brasil: incertezas e submissão**. São Paulo: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. p. 271-291.

DE CARVALHO, S.S. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. **Política em foco**. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63_07_politica_em_foco_visao_geral.pdf. Acesso em: 15 nov. 23.

DE SOUZA, M.C. **A PEC do teto dos gastos e o papel do estado**. 2017. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20159/1/2017_MarinaCardosoDeSousa_tcc.pdf. Acesso em: 26 jun. 24.

DINIZ, V.T.; SOUZA, T.M.R.G. De junho de 2013 à extrema direita brasileira representada pelo Bolsonarismo: a relação entre os rumos políticos do Brasil e as redes sociais. **X Jornada Internacional Políticas Públicas**. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_376_376612d4dd56c711.pdf. Acesso em: 21 out. 23.

FARIAS, S.B.P. **Inquérito 4781 (das Fake News): Violações aos princípios constitucionais do devido processo legal e sistema acusatório de persecução penal**. 2023. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/56952/1/TCC%20FINAL%20TOTAL%20%282%29.pdf>. Acesso em: 26 jun. 24.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. **GINI Index for Brazil**. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/SIPOVGINIBRA>. Acesso em: 16 nov. 23.

FRANCISQUINI, R. Bolsonaro e a antipolítica. **Le Monde Diplomatique**. 09 abr. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/bolsonaro-e-a-antipolitica/>. Acesso em: 21 out. 23.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 25.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Eleições 2006: PT faz a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados. 02 out. 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/10/02/eleicoes-2006-pt-faz-a-segunda-maior-bancada-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 22 out. 23.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Uma ponte para o futuro. 29 out. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 15 nov. 23.

G1. Veja os deputados federais eleitos por estado e como ficam as bancadas. Brasília, 06 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/veja-os-deputados-federais-eleitos-por-estado.html>. Acesso em: 22 out. 23.

GUIA TRABALHISTA. Reforma da Previdência Social. Disponível em: <https://www.guiatrabalhista.com.br/obras/reforma-da-previdencia.htm>. Acesso em: 11 mar. 25.

INSIDE HIGHER ED. Far-right government in Brazil slashes university funding, threatens cuts to philosophy and sociology. 6 maio 2019. Disponível em: <https://www.insidehighered.com/news/2019/05/06/far-right-government-brazil-slashes-university-funding-threatens-cuts-philosophy-and>. Acesso em: 11 mar. 25.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dívida líquida do setor público (DLSP)**. Brasília, DF: IPEA, 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=32081> . Acesso em: 24 jun. 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Necessidades de financiamento do setor público (NFSP)**. Brasília, DF: IPEA, 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=1505384362> . Acesso em: 27 jun. 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Salário mínimo real**. Brasília, DF: IPEA, 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=37667> . Acesso em: 27 jun. 2024.

JUBÉ, A. Temer admite que Cunha aprovou pedido de impeachment por vingança. **Valor**. 17 maio 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/04/17/temer-admite-que-cunha-aprovou-pedido-de-impeachment-por-vinganca.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 24.

LOPES, P., SEGALLA, V. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. São Paulo, 27 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MELO, M.A., PEREIRA, C. **Por que a democracia brasileira não morreu?** São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2024.

MIGUEL, L.F. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Argum**, Vitória, v.13, n.2, p.8-20. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43507/1/Despolitizacao_e_antipolitica.pdf. Acesso em: 21 out. 23.

MORAES, T.P.B.; SANTOS, R.M. Os protestos de 2013 e 2015 e o impacto na eleição de 2018. **Revista CESUMAR**, v. 24, n. 2, p. 327-350, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/7592>. Acesso em: 21 out. 23.

MORTARI, M. Cunha prepara “pauta-bomba” de R\$ 207 bilhões como vingança ao governo. **InfoMoney**. São Paulo, 24 fev. 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/cunha-prepara-pauta-bomba-de-r-207-bilhoes-como-vinganca-ao-governo/>. Acesso em: 25 jun. 24.

NORTH, D.C. Institutions and the Performance of Economies over Time. In: MÉNARD, C; SHIRLEY, M.M. **Handbook of New Institutional Economics**. Berlim: Springer. p. 21-30.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D.C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v.5, n.1, p.97-112, 1991.

PODER 360. Entenda o que é o Centrão, bloco que Bolsonaro tenta atrair para o governo. **PODER 360**, Brasília, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/entenda-o-que-e-o-centrao-bloco-que-bolsonaro-tenta-atrair-para-o-governo/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

REBELLO, Maurício Michel. Ideologia e partidos políticos no Brasil: um elo perdido? *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 8, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/23939/18377>. Acesso em: 11 mar. 25.

SANTOS, F. R. C. dos. (2022). A EROÇÃO DO CONSENSO DE ESQUERDA NO PARLAMENTO BRASILEIRO: da Constituinte de 1988 à ascensão de Jair Bolsonaro em 2018. *Caderno CRH*, 35, e022043. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.35538>

SCHEREIBER, M. O que é o poderoso centrão, que pode definir o sucessor de Cunha. **BBC**, Brasília, 13 jul. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36771079>. Acesso em: 24 jun. 24.

SILVA, V.R.F. **Inquérito das fake news 4781/STF: A inconstitucionalidade defronte aos princípios da legalidade, imparcialidade e do sistema acusatório no devido processo legal**. 2022. 27f. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Graduação em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2022. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/83dbaf9d-9786-47aa-9b70-7c96ceef8e26/content>. Acesso em: 26 jun. 24.

SOUZA, C.A. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: Uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**, v.8, n.3, p.35-51, mai. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3281#:~:text=Antipetismo%20e%20ciclos%20de%20protestos%20no%20Brasil%20%3A,o%20governo%20da%20presidente%20Dilma%20e%20o%20PT..> Acesso em: 21 out. 23.

SOUZA, L.H.C. **O presidencialismo de coalizão e a ordem institucional no sistema político brasileiro: um estudo sobre a crise das pautas-bomba no governo Dilma Rousseff**. 2023. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/36675/1/2023_LuisHenriqueDaCruzSousa_tcc.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

STRUCK, J.P. 10 anos de junho de 2013: cronologia do mês que mudou o país. **DW**. 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/10-anos-de-junho-de-2013-a-cronologia-do-m%C3%AAs-que-mudou-o-brasil/a-65841532>. Acesso em: 21 out. 23

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie** v.17 pág. 112-135. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/2650?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 23.

THE ECONOMIST. Bolsa Família, Brazil's admired anti-poverty programme, is flailing. *The Economist*, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/01/30/bolsa-familia-brazils-admired-anti-poverty-programme-is-flailing>. Acesso em: 10 mar. 2025.

THE WORLD BANK. **Central government debt, total (% of GDP)**. [Washington, D.C.], 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/GC.DOD.TOTL.GD.ZS?skipRedirection=true&view=map>. Acesso em: 24 jun. 24.

TELLES, H. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n.19, p. 97-125. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29895/20746> . Acesso em: 21 out. 23.

TEMER, M. Governo, teto de gastos e reformas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 fev. 2025. Espaço Aberto, p. A4.